

02-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta entre a União, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e a Samarco Mineradora S/A - Brasília/DF

Palácio do Planalto - DF, 02 de março de 2016

Eu queria dar boa tarde a todos os presentes,

Cumprimentar o nosso vice-presidente da República, Michel Temer,

Cumprimentar os ministros e a ministra de Estado; queria cumprimentar o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, que infelizmente nos deixa, mas que foi um dos grandes autores desse acordo - e por isso nada mais justo que ele o assinasse.

Cumprimentar também a Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, que teve também um esforço muito grande em garantir que esse acordo fosse comprometido com a conservação, com a preservação do meio ambiente, mas também com o “nunca mais aconteça”.

Cumprimentar o ministro Eduardo Braga, de Minas e Energia, que também teve um papel importante, principalmente na avaliação das condições da barragem,

Cumprimentar todos os demais ministros presentes ao saudar os três ministros,

Cumprimentar os senhores governadores: Fernando Pimentel, de Minas Gerais e o governador Paulo Hartung, do Espírito Santo. Sem dúvida nenhuma nós fizemos, e construímos uma cooperação, interfederativa de alta qualidade.

Queria cumprimentar também, fugindo do protocolo e da ordem, queria cumprimentar aqui o nosso prefeito, o prefeito de Colatina, que representa, além de tudo, a Comissão de Bacia, que é tão importante na construção de um meio ambiente correto, mas, sobretudo, na preservação da qualidade de uma bacia tão importante, como a bacia hidrográfica.

E queria cumprimentar também os prefeitos aqui presentes: o prefeito Leonardo de Deptulski, prefeito de Colatina - que eu já falei; queria cumprimentar o prefeito de Mariana, da nossa Mariana, o Duarte Eustáquio Gonçalves - queria que ele levantasse, porque ele foi... Aliás, Duarte, você tinha que estar aqui também, na mesa diretora. Peço desculpas para você, em nome do governo brasileiro e, tenho certeza, dos demais presentes. Agradeço muito a sua contribuição. Desde aquele primeiro dia, que nós nos encontramos.

Queria cumprimentar também o Domingos Paiva, de Sem-Peixe, Minas Gerais,

A nossa queria Eliza Costa, de Governador Valadares, que estava extremamente preocupada com a sua comunidade, a sua população.

Cumprimentar o Fernando José Carneiro, de Barra Longa, Minas Gerais.

Cumprimentar o Guto Malta, de Ponte Nova, Minas Gerais. O Silvério Joaquim Aparecido da Luz, prefeito de Rio Doce,

Cumprimentar, enfim, deixa eu vê se tem mais um prefeito...

Cumprimentar, enfim, todos os prefeitos da área, infelizmente nem todos estão aqui. Os prefeitos da bacia e os prefeitos da margem do Rio Doce.

Queria cumprimentar o saudar com muito carinho, a nossa senadora Rose de Freitas, aqui presente e que tem grande destaque na questão onde se trata do estado do Espírito Santo,

Cumprimento os deputados federais, Carlos Manato; Doutor Jorge Silva; Evair de Melo; Fábio Ramalho; Gabriel Guimarães; Givaldo Vieira; Helder Salomão; Lelo Coimbra; Leonardo Monteiro; Leonardo Quintão; Paulo Foletto e Sérgio Vidigal.

Cumprimento também, com muito carinho e agradeço bastante a determinação, a presença, o trabalho do general Adriano Pereira Junior, secretário nacional de Defesa Civil,

Queria dirigir uma saudação toda especial ao doutor Renato Rodrigues Vieira, procurador-geral federal,

Ao doutor Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral do estado de Minas;

Ao doutor Rodrigo Rabello, procurador-geral do estado de Espírito Santo;

Os senhores procuradores aqui presentes, junto com o nosso querido Adams, são responsáveis pela rapidez - por menos que nós queiramos, houve de fato uma grande rapidez nessa construção, pela determinação de vocês.

Queria também cumprimentar e agradecer toda a participação, aqui, das suas equipes,

Cumprimentar, agora, os senhores representantes das empresas signatárias do acordo: cumprimentar o presidente da Vale, Murilo Ferreira, agradecer também pela sua disposição para este acordo; cumprimentar o presidente da Samarco, o Roberto Lúcio de Carvalho; e cumprimentar o diretor comercial global da BHP, Dean Dalla Valle.

Cumprimentar aqui, também, o presidente da ANA, Vicente Andreu,

Cumprimentar todas as senhoras e senhores representantes de institutos, fundações e agências,

Cumprimentar os senhores e as senhoras, jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Há 118 dias atrás, nós todos assistimos a notícia, escutamos a notícia, assistimos que uma tragédia sem precedentes tinha atingido a cidade de Mariana. E que muitas vidas tinha sido ceifadas. E, também, que essa tragédia afetava comunidades ao longo do rio. Ela tinha um imenso poder destrutivo em relação a todo o meio ambiente - não só em termos de árvores, quando as havia, mas também em termos de todos os animais. Mas, sobretudo, afetava vidas humanas ao longo de todo o rio. Principalmente porque uma parte fundamental do abastecimento de água das populações que vivem às margens desse rio, e na sua bacia, dependiam da água do Rio Doce.

E, por isso, provocava grandes danos ambientais, sociais, tanto no estado de Minas até chegando, atravessando o Espírito Santo e chegando ao mar. E esta foi uma situação que nós aqui todos, presentes, pelo menos nós que estamos aqui, nessa mesa, a vimos de perto. Todos nós descemos de Mariana até o final do Rio Doce e olhamos como era a devastação. Mas nós não ficamos só paralisados pelo tamanho do acidente.

Hoje, menos de quatro meses depois do desastre, e apesar do sofrimento que abalou e ainda abala a região, nós saudamos este acordo. Nós saudamos este acordo como um marco no processo de reparação de danos às populações. Porque, primeiro, você separa danos às populações. Como um processo também de reparação ao meio ambiente e, também, como recuperação do Rio Doce e da vida, que sempre existiu e que nós queremos que continue existindo, em torno dele.

Nós estamos fazendo história com este acordo. Nós conseguimos estabelecer uma convergência. Porque houve, nesse processo, uma convergência de interesses em defesa dessas populações, em defesa do meio ambiente, em defesa da vida, em defesa de um outro

tipo de relação entre a sociedade, o meio ambiente e entre as populações e os governos que estavam todos envolvidos nessa questão, juntamente com as empresas.

Nós prescindimos da via judicial, nós fizemos um acordo. Ao prescindir da via judicial, nós queríamos o quê? Mais celeridade. Nós queríamos que o processo, tanto de reparação como de recuperação, fossem mais céleres, fossem mais ágeis.

Mais importante, nós conciliamos essa celeridade com a certeza de que nenhum direito seria desrespeitado. Então, é celeridade e direito não desrespeitado. Eram os dois pilares fundamentais desse acordo. Com a certeza de que nenhuma reparação deixaria de ser feita. E todas as responsabilidades seriam assumidas. Essas foram as bases desse acordo.

Os programas socioeconômicos e socioambientais, previstos neste acordo, buscam soluções para esses dois conjuntos distintos, ainda que complementares, de problemas gerados pelo desastre.

De um lado, há medidas de curtíssimo prazo. Medidas de curtíssimo prazo para quê? Para a reparação dos danos pessoais e a restauração das condições de vida das vítimas e da população atingida. Que não pode esperar. De outro, daremos início à execução de medidas de médio e de longo prazo, assumidas, desde já, como obrigações, para a completa recuperação social, econômica e ambiental das regiões atingidas.

Essas medidas, ela têm uma realidade, elas têm de ser medidas concretas. Por isso, elas têm como base um cronograma transparente. Tem de ter cronograma, o tempo em que isso vai se dar. Etapas claras. Como é que são as etapas? Essa é de curto, é de médio ou é de longo prazo? Controle social da execução. É importante que seja transparente, claro, e que haja participação de todos os afetados, de todos os envolvidos e de todas as unidades federativas. E, também, é importante que tenha verbas necessárias para realizar todos esses desafios. Verbas necessárias.

Nós esperamos muito desse acordo. Um acordo entre o governo federal, os governos estaduais, as prefeituras, a sociedade e a empresa. Um acordo, portanto, complexo. Nós todos, juntos, queremos, sobre os escombros de uma tragédia sem precedentes, construir vida nova e de qualidade. Esse é o nosso objetivo.

O renascimento do Rio Doce ficará na memória do País, tanto quanto nós queremos que o renascimento... aliás, o desastre, vai ficar na história do País, nós sabemos. Mas nós queremos que, mais do que o desastre, seja o renascimento do Rio Doce a mais importante memória a partir de agora.

Por isso, é aqui que começa o trabalho. Até agora nós nos esforçamos muito, fizemos um acordo. Mas, necessariamente, é por isso que, agora, tudo isso é só um começo, um começo de um processo de reparação e de recuperação.

Eu faço, então, questão de destacar algumas premissas que norteiam este acordo entre a Samarco, tendo como base a Vale e a BHP, articulado pelo governo federal, com a participação dos governos estaduais e municipais, articulados pelos seus procuradores, e as populações atingidas. Primeiro: haverá reparação integral das condições socioeconômicas e do meio ambiente afetados pelo desastre. E quero destacar aqui: sem limites financeiros até a sua íntegra reparação.

Esta é uma premissa que regerá a atuação do Estado brasileiro em todo o período de implementação do acordo, sem qualquer limite ou teto.

Por essa razão, e porque trabalhamos com um horizonte estimado de 15 anos, acordamos uma estratégia compatível com a complexidade e o dinamismo dos processos. Em três anos, a contar de agora, todos os programas serão reavaliados, para se adequar metas e compromissos, inclusive, os financeiros. Os recursos alocados pelas empresas para o período 2016-2018 – R\$ 4,4 bilhões – são o aporte inicial, que será ampliado na medida necessária à execução integral das atividades de reparação e compensação, previstas no acordo. Após 2018 a previsão é de um aporte anual de R\$ 1,2 bilhão, podendo chegar a R\$ 20 bilhões, concluído o período.

Outra premissa é o atendimento de todos os que foram impactados pelo desastre, direta ou indiretamente. Assim, há medidas de reparação e compensação dos danos causados às famílias e às comunidades devastadas pelo rompimento da barragem. Medidas de reparação e compensação aos pescadores e agricultores que tiveram que interromper suas atividades produtivas. Às comunidades indígenas, aos povos tradicionais cuja vida depende do Rio Doce, bem como para estimular a retomada de atividades econômicas afetadas pelo desastre.

Previmos, inclusive, recursos para que os municípios possam realizar obras de saneamento básico, interrompendo o danoso processo de contaminação do rio, pelo esgoto das comunidades que margeiam o rio. Asseguramos, também, medidas de reparação e compensação. E, principalmente, garantimos que todos os envolvidos, incluindo as comunidades e os movimentos sociais, participem da definição, do acompanhamento e do desenvolvimento de todas as ações.

Por isso, será constituído um comitê consultivo na fundação, com a participação das comunidades atingidas e de outros setores da sociedade. Ainda que a execução das medidas do acordo seja atribuição de uma fundação de direito privado, o que o governo federal concorda definitivamente, nós fiscalizaremos todas as etapas por meio de um Comitê Interfederativo, justamente com os governos do estado do Espírito Santo e de Minas Gerais para garantir o pleno cumprimento das obrigações, para garantir o diálogo permanente entre o poder público, as empresas e os atingidos pela tragédia, bem como o atendimento prioritário às demandas das comunidades.

Assumimos, como governo, o papel de promover a negociação em busca de soluções rápidas e efetivas. Buscamos um entendimento que, simultaneamente, atendesse aos direitos da população, garantisse a recuperação ambiental e não inviabilizasse a recuperação da empresa, cuja atividade é importante para a geração de emprego e para a economia da região e de nosso País.

Alcançamos este acordo rapidamente porque tomamos a iniciativa, tivemos o apoio das empresas e tivemos, também, a certeza de que elas assumiram suas responsabilidades e as populações atingidas se mobilizaram. Todos nós, governo federal, governos estaduais, prefeituras, junto com as populações atingidas e as empresas, somos parceiros nesse acordo, somos parte desse acordo. O interesse comum engajou a todos nós, a busca de soluções, a retomada da vida e a preservação do meio ambiente, da economia, da renda e do emprego na região.

A tragédia nos deu lições sobre a necessidade de medidas ainda mais bem estruturadas de prevenção de crises e preservação do meio ambiente. Este acordo, ele demonstra que é possível, mesmo em meio a uma situação crítica, uma situação de crise. Como era o desastre, fazer justiça sem destruir empresas, empregos e modos de vida. É possível, sim, corrigir erros e, ao mesmo tempo, zelar pelos direitos da população.

Este acordo é uma demonstração de que, quando todos querem, é possível superar crises e vencer grandes desafios. A sociedade brasileira poderá olhar para Mariana, para Minas e para o Espírito Santo e indagar: *“Se eles conseguiram em quatro meses construir uma solução consensual, por que não se faz o mesmo com a crise econômica que afeta o País?”*

Nós fizemos uma negociação orientada para a busca de soluções, com disposição para o efetivo diálogo e sem perda de tempo. Afinal, não cabem discussões intermináveis quando os direitos precisam ser atendidos e a vida das pessoas precisa voltar ao normal. Essa é a lição a ser aprendida e replicada. Parabéns a todos que a construíram.

Muito obrigada.

Ouçá a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-assinatura-de-termo-de-ajustamento-de-conduta-entre-a-uniao-os-estados-) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-assinatura-de-termo-de-ajustamento-de-conduta-entre-a-uniao-os-estados->

[de-minas-gerais-e-do-espirito-santo-e-a-samarco-mineradora-s-a-brasilia-df-21min13s](#)
(21min13s) da presidenta Dilma.

03-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de posse dos novos Ministros de Estado da Justiça, Wellington César Lima e Silva, da Advocacia-Geral da União, José Eduardo Cardozo, e da Controladoria-Geral da União, Luiz Navarro de Brito - Brasília/DF

Palácio do Planalto-DF, 03 de março de 2016

Bom dia a todos os presentes,

Queria cumprimentar o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, o Advogado-Geral da União, José Eduardo Martins Cardozo, e o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Luiz Navarro de Brito,

Senhoras e senhores familiares,

Meus caros Luís Inácio Adams e Carlos Higino Alencar,

Ministros de Estado presentes: Jaques Wagner, da Casa Civil; embaixador Mauro Vieira, das Relações Exteriores; Aloizio Mercadante, da Educação; Juca Ferreira, da Cultura; Miguel Rossetto, do Trabalho e Previdência; Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Valdir Simão, do Planejamento; Celso Pansera, da Ciência e Tecnologia; George Hilton, do Esporte; Alberto Alves, interino do Turismo; Carlos Vieira, interino da Integração Nacional; Nilma Lino Gomes, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Ricardo Berzoini, da Secretaria de Governo; Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação Social, Dr. Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República,

Governadores: Rodrigo Rollemberg, do Distrito Federal, José Eliton de Figueira Júnior, vice-governador de Goiás,

Secretários especiais: Eleonora Menicucci, da Política para as Mulheres, Rogério Sottili, dos Direitos Humanos,

Senadores: José Pimentel, líder do governo no Congresso, Hélio José, Paulo Rocha,

Deputados federais presentes: cumprimento José Guimarães, líder do governo na Câmara dos Deputados; e em nome dele cumprimento os demais deputados federais presentes,

Ministro Francisco Falcão, presidente do Superior Tribunal de Justiça; ministro Emanuel Pereira, vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho; ministro Aroldo Cedraz, presidente do Tribunal de Contas da União,

Senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas,

Senhoras e senhores,

Desde o primeiro dia de meu mandato, todas as ações do meu governo têm se pautado pelo compromisso com o fortalecimento das instituições de Estado, pelo respeito aos direitos individuais e aos princípios que regem o Estado Democrático de Direito e pelo cumprimento rigoroso da nossa Constituição. Essas diretrizes continuarão sendo seguidas pelos novos titulares do Ministério da Justiça, da Advocacia-Geral da União e da Controladoria-Geral da União, profissionais da área jurídica, com larga experiência e aos quais esses comandos são evidentes.

Ao meu amigo José Eduardo Cardozo, que deixa o Ministério da Justiça, e que continuará no governo, desejo um bom funcionamento da Advocacia-Geral da União como ministro-chefe. Um nome perfeito para substituir o também meu amigo, Luís Inácio Adams, que se afasta do governo em busca de novas experiências, nas quais, tenho certeza, será muito bem sucedido profissionalmente.

José Eduardo Cardozo conhece as principais causas jurídicas das quais o governo participa, ou terá de participar, e por isso sua transferência para AGU é um privilégio de que o governo não poderia prescindir. Seu relacionamento funcional com o ex-ministro Adams facilitará a transição sem interromper nenhum litígio em andamento para o qual o governo esteja se preparando.

Com essas trocas de funções, o governo mantém um grande advogado à frente da AGU, capaz de dar continuidade ao trabalho competente do ex-ministro Adams.

A você, Adams, em cuja dedicação e lealdade sempre confiei, desejo muito sucesso em sua nova trajetória profissional.

O novo ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, chega ao cargo precedido de ótima reputação. Tem conhecimento jurídico, experiência como procurador de Justiça e é reconhecido como hábil articulador de soluções e também por sua serenidade e ponderação.

Confio que à frente desse ministério, com tantas e diversas funções, saberá cumprir, com excelência, seu papel. Fortalecerá ainda mais nossa política de proteção ao consumidor e promoverá o avanço da integração entre as políticas de segurança e o aperfeiçoamento da política de proteção de fronteiras em parceria com as Forças Armadas, mantendo a política de valorização das forças federais de segurança, assim como nosso esforço de enfrentamento às drogas. Na área dos direitos individuais cuidará com atenção da garantia dos direitos das populações indígenas e dos desafios da política de migração.

A essas múltiplas tarefas se soma uma prioridade para este ano: a segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro. Recomendo ao ministro Wellington que mobilize toda a sua energia nesse processo, já em estágio bem avançado e onde a adoção de medidas preventivas e ostensivas necessárias ao bom funcionamento, ao bom desempenho dos Jogos Rio 2016 seja um sucesso também fora das quadras e das arenas esportivas.

O novo ministro da CGU, da Controladoria-Geral da União, Luiz Navarro de Brito, tem experiência e competência já comprovada dentro da CGU. E, sem dúvida, manterá esta instituição no rumo que sempre seguiu no meu governo de controle severo de desvios de conduta e definição de normas e protocolos para garantir a transparência, o respeito a princípios éticos e ao bom uso dos recursos públicos. Uma cidadela de proteção da boa conduta dentro do governo, que eu tenho certeza, Carlos Higino conduziu nos últimos meses com absoluta dedicação e integridade - a você, Carlos Higino, meus sinceros agradecimentos.

O novo ministro da CGU terá ainda como sua responsabilidade os acordos de leniência com empresas que passam por processos de investigação. Queremos que os responsáveis pelos atos ilícitos respondam pelos seus crimes, mas que as empresas continuem existindo e gerando renda e empregos no Brasil. Penalizar responsáveis não significa destruir empresas. Por isso devemos buscar e garantir a reparação integral dos danos causados à administração pública e à sociedade, mas sem destruir empresas ou fragilizar a economia.

Senhoras e senhores,

As mudanças de ministros não afetam o papel que o Ministério da Justiça, a AGU e a Controladoria-Geral da União vêm exercendo em meu governo. São e serão instituições de Estado cômicas de seus deveres, de suas atribuições e da missão de manter relações adequadas com os órgãos que a elas estão subordinados. Afinal, em meu governo a lei é o instrumento, o respeito ao cidadão é a norma e a Constituição é o guia fundamental de nossa atuação. Por isso, à luz de nossa Constituição, conhecida como Constituição Cidadã, nós continuaremos defendendo que o princípio da presunção de inocência vale para todos por ser um instrumento fundamental de nossa democracia. Continuaremos defendendo que a presunção de inocência não pode ser substituída pelo pressuposto da culpa, nem tampouco dar lugar à execração pública sem acusação formal e à condenação sem processo por meio de vazamentos ilegais e seletivos.

Quero, mais uma vez, enfatizar que o combate à corrupção continua sendo uma prioridade do meu governo. Nenhum governo realizou um enfrentamento tão duro e eficiente à corrupção como o meu. E continuará sendo assim. Afinal, não estamos investigando a corrupção porque ela começou agora em meu governo. A corrupção está sendo investigada livremente e sem pressões, porque nós não impusemos barreiras nem engavetamos as investigações. Pelo contrário, foi o meu governo que encaminhou ao Congresso Nacional para aprovação as principais legislações que facilitaram e facilitam hoje as investigações e que punem exemplarmente os corruptores.

O meu governo não se afastará, um milímetro sequer, da atitude republicana de respeito aos demais poderes e ao pleno funcionamento das instituições subordinadas ao meu governo, desde que atuem dentro dos limites estabelecidos pela lei e principalmente pela Constituição. Continuaremos apoiando o combate à corrupção com a convicção de que é possível, e é absolutamente necessário, conciliá-lo com a punição dos responsáveis, o devido respeito aos direitos individuais, a preservação de nossas empresas públicas e privadas e dos empregos de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Estou certa que os ministros que hoje tomam posse serão gestores totalmente comprometidos com essas ideias e tarefas.

Convoco os ministros Wellington César Lima e Silva, José Eduardo Martins Cardozo, Luiz Navarro de Brito a arregaçarem as mangas, porque nós temos muito trabalho e muitos desafios pela frente.

Muito obrigada. E agradeço aos dois ministros, ex-ministros, que saem do governo.

04-03-2016 - Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff - Palácio do Planalto

Palácio do Planalto, 04 de março de 2016

Bom, gente, muito boa tarde a todos.

Muito boa tarde aos senhores jornalistas, às senhoras jornalistas, aos senhores fotógrafos e aos senhores cinegrafistas.

Eu quero fazer, aqui, diante dos fatos ocorridos ao longo dos últimos dias, e na condição de chefe de Estado e de Governo, eu acredito que seja fundamental que eu me pronuncie.

Em primeiro lugar, eu quero manifestar o meu mais absoluto inconformismo com o fato do ex-presidente Lula, Luís Inácio Lula da Silva, que por várias vezes compareceu, de forma voluntária, para prestar esclarecimentos perante às autoridades competentes, seja agora submetido a uma desnecessária condução coercitiva para prestar mais um outro depoimento.

Em um ambiente republicano, em um ambiente democrático, o protagonismo da Constituição, sob orientação do Supremo Tribunal Federal, constitui importante salvaguarda. E, segundo entendimento de nossa Suprema Corte, o respeito aos direitos individuais passa, nas investigações, pela adoção de medidas proporcionais, que jamais impliquem em providências mais fortes, ou seja, mais gravosas do que aquelas necessárias para o esclarecimento dos fatos.

Em segundo lugar, eu quero, também, me manifestar não só o meu inconformismo com o vazamento ilegal dos termos de uma hipotética delação premiada feita pelo senador Delcídio do Amaral. Manifesto a minha indignação com os termos das denúncias que teriam sido firmados nesta delação.

Em 2014, eu quero lembrar aos senhores que eu prestei informações detalhadas à Procuradoria-Geral da República a respeito dos fatos relativos à aquisição da refinaria de Pasadena, ou de Pasadena, pela Petrobras. À época, os senhores noticiaram, tanto nos jornais como nos meios digitais, como também muitas vezes pela televisão. Essas informações foram exaustivas e embasadas em atas de reunião do Conselho de Administração da Petrobras.

Com base nesses documentos que nós enviamos à Procuradoria, o senhor procurador-geral da República, doutor Rodrigo Janot, determinou o arquivamento da investigação, afirmando taxativamente que *“não é possível imputar o cometimento de delito de nenhuma espécie aos membros do Conselho de Administração, mormente quando comprovado que todas as etapas e procedimentos referentes ao perfazimento do negócio foram seguidos”*. Isso também foi noticiado pelos senhores. Foi noticiado pelos senhores que a questão relativa à Pasadena tinha sido arquivada pelo senhor procurador.

Observo que nas declarações atribuídas ao senador Delcídio do Amaral, nenhum elemento concreto, nenhum elemento novo foi apresentado, de forma a propiciar qualquer alteração acerca dessa compreensão firmada pelo senhor procurador-geral com base em documentos das atas do Conselho. E quero lembrar que a primeira parte dos 50, ou seja, os 50% de fato adquiridos pela Petrobras e autorizados pelo Conselho foi em 2006. Os segundos remanescentes, 50%, não foram autorizados pelo Conselho, porque o Conselho foi informado pela diretoria-executiva que havia duas cláusulas que não constavam da informação inicial. Então, foi isso que foi entregue ao doutor Janot. Recorde-se, ainda, que o senador Delcídio do Amaral não integrava nem a diretoria-executiva e nem o Conselho de Administração da Petrobras à época.

Também nessa hipotética delação, o senador Delcídio do Amaral teria afirmado que meu governo teria feito gestões junto ao Poder Judiciário para mudar os rumos da Operação Lava-Jato. Uma iniciativa teria sido tomada por mim: reunião realizada em Portugal, na cidade do Porto, com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Em nota, o presidente da Suprema Corte desmentiu essa absurda versão, afirmando textualmente o que nós já havíamos anteriormente afirmado de público, ou seja, que o objeto dessa reunião foi exclusivamente a discussão acerca de um projeto de lei que tratava de reajuste dos servidores do Poder Judiciário. A premência da reunião se devia ao fato que os servidores à época estavam em greve e os ministros, juntamente... os ministros do Supremo Tribunal Federal, juntamente com o ministro Cardozo, estavam em Coimbra numa reunião, e eu estava indo para a Rússia para uma reunião, também, dos Brics e parei em Porto, porque todas as vezes nós temos de fazer escala, e eu escolhi Porto para poder conversar com o ministro Lewandowski. Na mesma linha, teria o senador Delcídio do Amaral afirmado que diretamente eu teria tentado negociar de forma imoral a nomeação de ministros do STJ para conseguir a libertação de investigados que se encontravam presos preventivamente.

Eu quero declarar que jamais falei com o senador a esse respeito. Aliás, do ponto de vista institucional, não teria nenhuma razão de pedir a um senador para conversar com um juiz. Até porque não é o senador que participa dos processos de nomeação de ministros, nem do STJ nem tampouco do Supremo. É importante destacar que eu nomeei 16 ministros do STJ e cinco ministros do Supremo e que, na turma à qual ele se refere, tinha três ministros nomeados por mim. Um deles votou a favor, os outros dois votaram contra.

Então, é absolutamente subjetiva e insidiosa a fala do senador, se ela foi feita. Portanto, o ministro Marcelo Navarro, o presidente do STJ, Francisco Falcão, os desembargadores Newton Trisotto e Nelson Schaefer negaram peremptoriamente a existência de quaisquer tratativas do governo a respeito. A afirmação atribuída ao senador assim restou claramente desmentida. Finalmente, também, carece de qualquer credibilidade a afirmação de que o encerramento da CPI dos Bingos teria sido feita para beneficiar de alguma forma minha campanha presidencial. Essa afirmação não precisa de testemunhos para ser desmentida, ela se desmente pela própria temporalidade, pelos fatos, os dados, o tempo.

A CPI dos bingos teve início em 29 de junho de 2005 e foi encerrada em 20 de junho de 2006, ou seja, ela foi aberta praticamente a uma semana da minha posse como ministra-chefe da Casa Civil e distante quatro anos da minha indicação à Presidência da República. Sem dúvida, ninguém, em 2006, tinha a possibilidade de supor que eu seria candidata à Presidência da República, e antever essa situação. É portanto, descabida, é portanto, absurda, qualquer associação entre o encerramento dessa CPI com a minha campanha eleitoral de 2010.

Eu não só não antecipei o fim dessa CPI dos Bingos, como é um absurdo supor que, de alguma forma, eu, em 2006, sabia o que aconteceria em 2010. Acredito ser lamentável que ocorra ilegalmente o vazamento de uma hipotética delação premiada, que, se chegou a ser feita, teve como motivo único a tentativa de atingir a minha pessoa e o meu governo. Provavelmente pelo desejo de vingança, pelo imoral e mesquinho desejo de vingança e de retaliação de quem não defendeu quem não poderia ser defendido pelo atos que praticou.

Muito obrigada.

Ouça a íntegra(11min01s) do [pronunciamento](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-palacio-do-planalto-11min01s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-palacio-do-planalto-11min01s>) da Presidenta Dilma Rousseff

07-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais em Caxias do Sul/RS e entregas simultâneas em Sobral/CE, Três Lagoas/MS, Jundiaí/SP e Paracatu/MG - Caxias do Sul/RS

Caxias do Sul-RS, 07 de março de 2016

Bom dia para vocês, bom dia Caxias, bom dia povo gaúcho.

Eu começo cumprimentando a família do Felipe. O Felipe é o menino de 4 anos que recebeu as chaves, é a família Beliel Silveira. E por meio deles eu quero cumprimentar cada um dos moradores do residencial Campos da Serra VIII, IX e X. O VIII, o IX e o X são porque já teve do I ao VII. Aqui são quase 1.360, precisamente, moradias desse residencial que, de fato, é uma beleza.

Mas eu queria também, se vocês me permitem, cumprimentar, porque hoje são 5 cidades, que estão com a gente aqui. Nós estamos em várias cidades do Brasil. E eu queria cumprimentar os que estão lá nos assistindo através do link.

Queria cumprimentar em Jundiaí, São Paulo, as famílias do residencial São Camilo. Lá está a ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o prefeito de Jundiaí, Pedro Bigardi;, e a senhora Mariana Moreira dos Santos Lima, a beneficiária que recebe a chave hoje.

Aí a gente vai dar um salto lá para Paracatu, em Minas Gerais. O residencial se chama Sarah Kubitschek. Está lá o ministro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Agrário; além disso, está lá o prefeito Olavo Remígio Condé; e a nossa querida beneficiária ali atrás, a Eliana Barcelar dos Santos.

Aí nós vamos saltar para Sobral, no Ceará. Vamos ao residencial Orgulho Tropical I e II. O nosso governador, uma saudação especial para ele, nosso governador do Ceará, Camilo Santana; o ministro André Figueiredo, das Comunicações; a vice-governadora Izolda Cela; o prefeito Veveu Arruda - prefeito Veveu, um abraço; e a nossa querida beneficiária, a Josilene de Castro da Costa.

Aí nós vamos agora para a última cidade, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Residencial Orestinho II, etapa II. O ministro Gilberto Kassab, das Cidades; a prefeita Márcia Moura; e ali, a nossa querida Andreia Dias da Silva, que é a nossa beneficiária, ali do residencial Orestinho II.

E aí eu continuo aqui, eu volto aqui para a nossa querida Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. E aí eu quero cumprimentar aqui os presentes: o Miguel Rossetto, do Trabalho, ministro; o prefeito de Caxias, Alceu Barbosa Velho; e queria cumprimentar a primeira dama Alessandra Baldisserotto; cumprimentar também o secretário de obras, o Gerson Burmann, que representa o governador do Rio Grande do Sul, Ivo Sartori,

Cumprimentar os deputados federais: Henrique Fontana e o deputado Pepe Vargas,

Cumprimentar o deputado estadual Tarcísio Zimmermann,

O presidente da Câmara Municipal, vereador Edi Carlos Pereira de Souza,

Cumprimentar o secretário municipal de Habitação, Carlos Giovani Santana,

Cumprimentar mais uma vez todos os presentes e o diretor-executivo da Arcari Empreendimentos Imobiliários, Andrey Arcari,

E queria saudar e cumprimentar aqui o superintendente regional da Caixa, o Roberto Cerato, que representa aqui nesse ato a Caixa Econômica Federal,

Cumprimentar os jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas.

Hoje, aqui, nós estamos, nós e as 2.434 famílias que, junto conosco, participam dessa cerimônia. É uma cerimônia que tem um conteúdo de felicidade, de alegria muito grande. Primeiro, porque é uma conquista alcançada. Conquista alcançada dá muito orgulho para as pessoas que alcançam. E é um sonho realizado porque essas 2.434 famílias daqui e do resto do País, elas sonharam com essa casa própria. E eu tenho certeza que todas elas se sentem hoje um pouco vitoriosas, um pouco vitoriosas. E essas cinco cidades do Brasil, nesses cinco estados, são hoje também cidades melhores. Porque uma cidade é melhor quando as famílias que nela residem têm sua casa própria, têm sua segurança, têm esse espaço que é tão importante para a gente criar os filhos, para a gente curtir os netos, para a gente receber os amigos e para a gente descansar do trabalho intenso que cada um de vocês aqui, eu tenho certeza, desenvolvem.

Então, de Sobral, no Ceará; passando por Jundiaí, em São Paulo; Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul; e Caxias do Sul, nós temos uma parte imensa do Brasil que hoje comunga junto nessa cerimônia. Todo mundo aqui e lá começa uma nova etapa das suas vidas. Uma etapa em que não vão morar mais pagando aluguel, não vão mais morar de favor ou não vão morar mais em área de risco. Em cada lugar, um desses três fatores, ou até os três, podem ter convergido para criar o Minha Casa Minha Vida. Mas, sobretudo, é a necessidade que uma parte importante da população brasileira, aquela que mais precisa, tem agora acesso à casa própria.

Todo mundo que está recebendo essas casas trabalhou muito, batalhou muito, mas não tinha apoio, não tinha o suporte que agora tem e teve do governo federal nesse programa Minha Casa Minha Vida. E eu posso dizer para vocês que ele não é um programa pequenininho, não, ele é um programa do tamanho do Brasil. Porque, vocês vejam, nós já entregamos mais de 2,5 milhões de moradias. E já tem então 2,5 milhões de famílias com a chave da sua casa própria. Agora nós temos para entregar ainda [a] 1,6 milhão de famílias, é um pouco mais do que isso, é 1,623 milhão de famílias. Cada dia esse número muda, porque nós estamos entregando em média, por exemplo, no ano passado nós entregamos em média por dia 1.220 moradias. Isso significa que nós temos, de fato, o maior programa habitacional que existe na América Latina, eu asseguro a vocês. Não vou falar que é o maior do mundo porque não tenho certeza, mas da América Latina, é; desse hemisfério, é. E não podia ser diferente, porque antes faziam programas bem pequenos, bem... tipo assim, programa piloto. Faziam programa para 30 famílias aqui, 40 famílias ali.

Nós temos feito um grande esforço, um imenso esforço para assegurar que a participação do governo federal nesse programa seja decisiva para garantir que, no Brasil, aqueles que mais precisam tenham direito à casa própria. Porque o problema era o seguinte: uma parte da população brasileira podia ir ao banco que não conseguia de jeito nenhum financiar sua casa própria. Por que não conseguia? Porque o banco sempre pedia uma renda maior, uma entrada maior ou uma prestação maior, ou seja, uma coisa que não cabia no bolso daquela família, daquele pai, daquela mãe.

Então gente, o que acontecia? Não [se] comprava casa nesse País, o povo não tinha acesso a casa. O Minha Casa Minha Vida, ele tem 3 faixas, 3 faixas. A primeira faixa é [para] a pessoa que, de fato, a família que, de fato, não tem aquele recurso suficiente para fazer face a uma entrada, fazer face a uma prestação elevada. Então, em média, que é esse caso aqui desse residencial - e vocês vejam que a qualidade das casas é uma ótima qualidade -, nós

entramos com, em média, 95% do valor da casa. E as famílias pagam 5%. Isso é para assegurar que vocês tenham condições de morar bem, colocar seus filhos em um bom ambiente, e utilizar o resto do dinheiro que vocês empregavam na casa ou para melhor a educação ou para ter acesso a outros bens e serviços.

O sucesso do Minha Casa Minha Vida está no fato de que há uma relação direta entre vocês que são sorteados, a Caixa e o governo federal. Não há intermediários. Ninguém pode cobrar de ninguém o “favor”, entre aspas, da casa própria. A casa própria é dinheiro de vocês, usado para vocês, e vocês não devem nada a ninguém.

Por que eu estou falando isso? Porque esta é a relação correta de cidadania que deve ser estabelecida entre um governo e a população que o elegeu e de quem ele cobra imposto.

Por isso, o Minha Casa Minha Vida é o uso correto dos impostos em benefício da população desse País que trabalha, que se esforça, mas que infelizmente não tinha acesso a sua casa própria e agora tem, porque o meu governo optou por isso, optou por assegurar que as pessoas tivessem acesso à casa própria.

E aí eu queria falar uma coisa para vocês. Nós, é verdade, sem sombra de dúvidas, é verdade, o Brasil está passando por um momento de dificuldades. Uma parte desse momento de dificuldades é devida também à sistemática crise política que provocam no País aqueles que são inconformados, que perderam as eleições e que não querem... Bom, continuando, aqueles que perdem, perdem as eleições, e não querem e querem antecipar, querem antecipar a eleição de 2018.

Um governo, ele tem de querer a unidade dos brasileiros. Um governo, governa para todos os brasileiros, não governa para uma parte, não governa para um pedaço da população. Governar para todos. Um governo não pergunta, ao fazer um programa como o Minha Casa Minha Vida, a que partido você pertence, em que é que você acredita, qual é seu credo religioso, ou qual é seu time de futebol. Um governo sempre quer a unidade do País.

E a oposição tem absoluto direito de divergir, mas a oposição não pode sistematicamente ficar dividindo o País, não pode. E sabe por que não pode? Porque tem certo tipo de luta política que cria um problema sistemático, não só para a política, mas para a economia, para a criação de empregos, para o crescimento das empresas. Porque ninguém fica satisfeito quando começa aquela briga.

Agora, não é possível atribuir, não é possível aceitar que no Brasil nós tenhamos pessoas que jamais se recusaram a depor, como é o caso do presidente Lula. Nunca se recusou, nunca se achou, nunca o presidente Lula - justiça seja feita -, nunca se julgou melhor do que ninguém. Sempre aceitou, convidado para prestar esclarecimento, sempre foi. Então não tem o menor sentido conduzi-lo, como se diz, sob vara para prestar depoimento se ele jamais se recusou a ir. Nem cabe alegar que estavam protegendo ele. Como disse um juiz, era necessário saber se ele queria ser protegido, porque tem certo tipo de proteção que é muito estranha.

Além disso, no Brasil, nós temos assistido a vazamentos sistemáticos. E esses vazamentos provam, a partir de um determinado momento, que não são verdadeiros. Mas aí o estrago de jogar lama nos outros já ocorreu. Eu não acho que a gente pode demonizar ninguém. A gente não pode demonizar pessoas, não pode demonizar órgãos de imprensa, nós não podemos demonizar opinião diferente da nossa. Agora, nós temos de exigir o respeito. Cada um de nós tem de exigir o respeito para si e dar o respeito aos outros.

Mas eu queria explicar para vocês que, nesse momento, nós de fato passamos por dificuldades econômicas, além dessas criadas pela política. E nós viemos fazendo alguns ajustes. Aí as pessoas me perguntam: ‘Para que é que vocês estão fazendo ajustes?’ A gente faz ajuste, como na casa da gente, sempre que a gente precisa, sempre que cai um pouco a nossa receita. Agora, um governo, ele tem de fazer o ajuste e olhar o que ele quer preservar. Nós estamos fazendo ajustes para preservar aquilo que nós consideramos mais importante, como é o caso desse Programa Minha Casa Minha Vida.

Vejam vocês, em momento de crise nós fizemos um esforço e continuamos teimando e fazendo o Minha Casa Minha Vida. Tem muita gente que queria que a gente acabasse com esse programa, mas nós não acabamos não. Nós, não só mantivemos o programa, como vamos lançar a terceira parte dele, a fase 3 do Minha Casa Minha Vida. Com mais entre 1,5 milhão e 2 milhões de moradias que vão se somar a essas mais de 4 milhões que nós fizemos na fase 1 e na fase 2.

Mas eu quero ainda encerrar aproveitando esse momento para falar de uma coisa que eu tenho certeza que a população aqui de Caxias do Sul, como disse o prefeito Alceu, a cidade que tem reconhecidamente um dos melhores níveis de vida pode e deve contribuir para que a gente tenha um sucesso no combate do vírus zika. O vírus zika, ele é transmitido pelo chamado mosquito da dengue, o *Aedes aegypti*. E ele precisa de água parada, limpa ou suja, não interessa, é água parada, é lá que ele se reproduz.

Nós temos feito uma política muito forte para buscar a vacina do zika vírus. Uma instituição brasileira de pesquisa muito famosa, chamada Bio-Manguinhos, que é do governo federal, tem feito todo o esforço para desenvolver essa vacina em parceria com governos e instituições de outros países. Nós queremos achar a vacina. A vacina da dengue está sendo desenvolvida lá no Butantan, também em parceria entre o governo federal, o governo do estado de São Paulo e a Fundação Nacional de Saúde dos Estados Unidos. Mas a pesquisa que vai produzir a vacina, a vacina e o desenvolvimento dela, leva tempo, se dá ao longo de anos. Não se dá rapidamente porque tem que ter teste, tem de ver se ela de fato é efetiva, com é que é, fazer ajustes.

Nesse tempo entre a descoberta da vacina e o dia de hoje, nós temos de combater esse mosquito, nós temos de impedir que ele se reproduza. É a única grande arma que nós temos, é não deixar o mosquito nascer, porque esse mosquito, quando transmite o zika vírus, ele tem também produzido uma grave doença nas nossas crianças que ainda não nasceram, nas grávidas, sobretudo, que é a microcefalia, que o cérebro nasce menor e a criança fica com graves defeitos físicos.

Daí porque nós precisamos de matar este mosquito, não deixar que ele nasça. E aí tem uma coisa, gente. Por mais que o governo federal se esforce, por mais que o governo estadual se esforce, por mais que a prefeitura se esforce, uma coisa é certa, dois terços dos mosquitos são reproduzidos dentro das casas da gente, nas nossas casas, dos vizinhos e dos parentes. Nós viemos pedindo que uma vez por semana, quinze minutos, cada família, cada um de nós faça uma vistoria na sua casa para acabar com a água parada. O mosquito, ele tem um tempo de vida ligado ao verão e à chuva. Então a tendência é que diminua a quantidade de mosquito a partir de julho, agosto, setembro.

Até lá nós temos de impedir que ele ponha seus ovos limpando esses que se chamam criadouros. Por quê? Se ele não nascer, se esses ovos que eles botarem agora não... primeiro, se eles não nascerem, eles não nos atingem agora; segundo, se eles forem colocados e não forem limpos, mesmo que não tenha água, eles sobrevivem, eles sobrevivem até por 100 dias. Daí, no ano que vem nós teremos a mesma epidemia.

Por isso, eu peço a você: uma vez por semana, só quinze minutos, limpem água parada. A água do vasilho, tem de botar areia; não pode ter tampa de... eles se reproduzem em tampa de bebida, de refrigerante, enfim, em garrafa pet, ele se reproduz em pneu velho, ele se reproduz em lona que tenha qualquer possibilidade de acúmulo de água. E é isso que nós temos feito, uma campanha junto com o Ministério da Educação, as escolas, os prefeitos e os governadores. Usando também as Forças Armadas, a próxima campanha nossa vai ser uma campanha que nós faremos juntos aos pais das crianças, pedindo que as crianças esclarecidas expliquem para os pais como combater o mosquito.

Então eu queria dizer para vocês que eu tenho certeza e vocês, vocês também. Aqui eu escutei que Caxias é o lugar do trabalho e da fé. E onde é o lugar do trabalho e da fé, eu acho que fica claro que nenhum mosquito pode vencer a determinação de 204 milhões de brasileiros. Resta a nós sermos capazes de combatê-lo, destruí-lo, para que a gente não tenha, não tenha crianças com microcefalia... Eu sei, mas a gente combate a dengue, combate a chikungunya.

Onde tem a dengue pode vir a ter, pode vir a ter o zika, é o mesmo transmissor. Basta que ele seja infectado por alguém que tenha zika, porque as pessoas circulam pelo Brasil. Aliás, aqui no Brasil não tinha uma pessoa com zika. O zika não foi criado aqui. O nome Zika é o nome de uma montanha em um país longe daqui, na África, chamado Uganda. Esse mosquito foi para a Polinésia, foi para a Austrália, foi para a Ásia, voltou para a África e chegou ao Brasil. Possivelmente chegou ao Nordeste em um grande torneio de canoagem que houve no Nordeste no ano passado. Possivelmente, ele foi detectado em abril do ano passado, a primeira vez que ele foi detectado aqui.

O mosquito já existia, esse mosquito que é o *Aedes aegypti*, ele já no passado transmitiu a febre amarela, que nós exterminamos e transmite a dengue e a chikungunya. Então mesmo não tendo um único vírus zika aqui em Caxias, combatamos o mosquito, porque ele é o grande vetor da transmissão do zika vírus.

Um abraço a todos vocês, um abraço às pessoas que hoje nos escutam nas outras cidades do Brasil, e sobretudo um abraço para todas as famílias que lá em Jundiáí recebem 400 unidades do Minha Casa Minha Vida; lá em Paracatu, 306; aqui em Caxias, 300; lá em Sobral, 976; lá em Três Lagoas, 432. Cada uma dessas famílias, receba o meu abraço e um beijo no coração.

Muito obrigada.

Ouça íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-320-unidades-habitacionais-em-caxias-do-sul-rs-e-entregas-simultaneas-de-976-em-sobral-ce-432-em-tres-lagoas-ms-400-em-jundiiai-sp-e-306-em-paracatu-mg-caxias-do\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-320-unidades-habitacionais-em-caxias-do-sul-rs-e-entregas-simultaneas-de-976-em-sobral-ce-432-em-tres-lagoas-ms-400-em-jundiiai-sp-e-306-em-paracatu-mg-caxias-do)(30min21s) da Presidenta Dilma

08-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de Portaria Interministerial que institui as diretrizes para a implementação da Lei nº 13.239 que dispõe sobre a realização, pelo Sistema Único de Saúde, de cirurgias reparadoras de sequelas causadas por atos de violência contra a mulher - Palácio do Planalto

Palácio do Planalto, 08 de março de 2016

Cumprimento a todos presentes: ao ministro da Saúde, Marcelo Castro; a Nilma Lino Gomes, ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; a ministra Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente; a Eleonora Menicucci, secretária especial de Políticas para as Mulheres.

Cumprimento, também, a presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior,

Cumprimento o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Ronald Ferreira dos Santos,

Cumprimento o doutor Ognev Meireles Cosac, representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica,

Cumprimento os representantes dos movimentos sociais de mulheres: Eline Jonas, da União Brasileira de Mulheres; Ester Dantas de Moura, da Marcha Mundial das Mulheres; Fernanda Rosas, da Articulação de Mulheres Brasileiras e do Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Entorno,

Cumprimento as senhoras e os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Quando eu tomei posse, em 2011, no meu primeiro mandato, eu afirmei que um dos meus objetivos era garantir que todas as mulheres brasileiras sentissem orgulho e alegria de ser mulher.

Desde então, nós, na nossa ação, temos traduzido este compromisso com as mulheres através da adoção de políticas para ampliar a autonomia das mulheres, gerar mais oportunidades e, sobretudo, combater o preconceito. E, nesse item, um dos mais fortes preconceitos é a violência que recai sobre a mulher, pelo fato dela ser mulher.

Nós assumimos, então, o compromisso de violência zero contra as mulheres, lutar para que as mulheres não sejam objeto de violência, seja doméstica, seja fora de casa, é uma das prioridades do nosso governo. Como é, também, uma prioridade do governo a luta contra toda forma de preconceito. É completamente inaceitável que uma pessoa, pelo fato de suas características, seja submetida a atos de violência de qualquer espécie. Especialmente por ser mulher.

Nós, para de fato combater e não deixar isso apenas no discurso, nós expandimos, de uma forma muito efetiva, a rede de proteção à mulher, principalmente assegurando apoio e assegurando condições de sobrevivência para aquelas mulheres que fossem vítimas de violência e que precisassem de um apoio do Estado, para poder recomeçar a sua vida. Mas não apenas isso, para punir também os responsáveis.

Nós implantamos, em cada momento do governo, um conjunto de serviços. E isso desembocou numa proposta, que é a Casa da Mulher Brasileira, que nós pretendemos implantar em cada uma das capitais, dos 26 estados e do Distrito Federal. A Casa da Mulher Brasileira tem um sentido, ela unifica no mesmo espaço, garantindo portanto, um grau de concentração muito forte de serviços. Ela concentra todos os serviços de apoio, atenção, proteção e suporte à mulher vítima de violência. E, também, inserção na sociedade através de treinamentos, de projetos específicos na área do trabalho.

Nós também expandimos o Ligue 180. Porque [foi] através do Ligue 180 que nós passamos a receber, a partir de um determinado momento, denúncias dessa ação extremamente reprovável contra as mulheres. O passo principal foi dado antes, com a Lei Maria da Penha. Mas a gente acrescentou, à Lei Maria da Penha, a Lei do Femicídio, transformando em crime hediondo o assassinato de mulheres pela sua condição feminina.

A lei que nós estamos, através de portaria interministerial, regulando hoje e aqui assinada, ela torna obrigatória - a lei é a Lei 13.239, do ano passado. A portaria que nós estamos regulamentando, ela torna obrigatória a realização, pelo SUS, de cirurgia reparadoras das sequelas advindas de violência contra as mulheres.

É certo que o caráter absolutamente universal do SUS trazia, dentro dele, um direito implícito de todas as mulheres a ter acesso ao atendimento. Mas nós achamos importante, e inclusive colocamos isso numa legislação, tornar obrigação do Estado incluir o dever de informar as mulheres sobre seus direitos e proceder especificamente a essas cirurgias reparadoras.

A portaria estabelece os procedimentos para o funcionamento da rede de cirurgia plástica reparadora para mulheres vítimas de violência, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

E, aqui, eu quero fazer um agradecimento. Um agradecimento à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Porque esse agradecimento decorre do envolvimento, nesta ação fundamental, desta associação de cirurgiões plásticos, para que nós possamos garantir os direitos das mulheres no Brasil.

É uma reivindicação, sem dúvida nenhuma, histórica dos movimentos feministas. É uma reivindicação histórica que, hoje nós estamos cumprindo, esse desejo das mulheres. Porque se trata de uma espécie de resgate da autoestima da mulher, vítima de violência, não ficar com uma sequela irreparável, que decorre de uma ação - que nós todos repudiamos, que é hoje crime. E, que portanto, nada mais justo que a mulher tenha sua condição integral reparada. De forma que seu corpo não fique marcado, nem deformado, por uma violência completamente injustificada.

Então, Tolerância Zero em relação à violência contra as mulheres é, para nós, um compromisso que eu diria, inabalável. Até o final do meu governo, em 2018, eu vou continuar estabelecendo políticas e viabilizando as medidas, para que o pesadelo da violência, que se abate sobre mulheres - e que torna, inclusive, as famílias comprometidas. Porque é um péssimo exemplo dentro de uma família quando a violência doméstica recai sobre a mulher. É um péssimo exemplo para as crianças, é um péssimo exemplo. E é, de uma certa forma, um fator de corrupção interna da família. E para que essas mulheres, que são vítimas da covardia, do preconceito e da discriminação, encontrem também o apoio que elas precisam no Estado brasileiro.

Hoje é dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E, nesse dia, nós escolhemos, sobretudo, essa ação, porque ela é simbólica de todo um processo que nós temos de combater. E que se expressa no preconceito que muitas vezes a mulher, a menina jovem, enfim, mulher de todas as idades sofre.

E eu queria reafirmar, aqui, a absoluta disposição do meu governo, das ministras e dos ministros, de lutar todos os dias para fazer do Brasil um país que tem na igualdade, na tolerância e no respeito a homens - mas também, sobretudo, às mulheres - um dos pilares da nossa sociedade e da nossa cultura.

Nós somos um país que tem a reputação de ser um país tolerante. Um país que não foi afeito nem a guerras nem a conflitos armados. Mas um país tolerante. E no momento em que nós vivemos, mais uma vez, é necessário que a gente repita a importância da tolerância. A tolerância e a pacificação numa sociedade é algo muito importante. Não haver a violência, sob a forma que ela eventualmente possa assumir, mas ter um quadro de paz é fundamental, principalmente para os governos. Governos precisam de paz, para que nós possamos ter condições de enfrentar a crise e de retomar o crescimento.

Hoje o Brasil passa por uma fase em que fica claro que não é possível que a gente não veja que um dos componentes que atrasa a retomada do crescimento é a sistemática crise política em que o Brasil, de forma episódica, vem sendo submetido. Episódica por quê? Porque ela vai e vem, porque ela se acentua e depois, recua.

Na verdade, nós estamos vendo, já, sinais que a economia pode se recuperar. Um desses sinais é a redução da inflação, que beneficia todo mundo, e as mulheres em especial. Nós temos, hoje, um quadro, uma perspectiva de ter uma inflação cada vez menor. Nós já vimos que podemos - porque temos hoje um câmbio que facilita - termos uma ampliação das exportações. E, tradicionalmente, o Brasil sempre se recuperou através de um processo que amplia as exportações. Mas nós precisamos recuperar o nosso mercado interno. As mulheres precisam disso.

E por isso, nesse momento e nesse dia, que é um dia, sobretudo, de luta contra o preconceito, de luta contra a intolerância, nada melhor do que um apelo ao diálogo, à compreensão e à unidade do nosso País.

E eu queria finalizar a minha fala dizendo que as mulheres são mulheres guerreiras no nosso País. Aliás, eu acho que as mulheres elas têm essa característica no mundo, mas as brasileiras são mulheres guerreiras. Mulheres que lutam de sol a sol por suas famílias, por seus filhos, pela sua afirmação, pela sua realização profissional. E, sobretudo, pela capacidade das mulheres de se dedicar à sociedade, de ter essa imensa generosidade na construção de uma sociedade.

Por isso, eu queria finalizar dizendo que nesse 8 de março nós homenageamos as milhões de mulheres anônimas no nosso País, que no dia a dia dão a sua contribuição para a construção da nossa nacionalidade e da nossa cidadania. Porque, cada vez mais, numa sociedade como a nossa, as mulheres serão chamadas para participar, para ter posições e para representar o conjunto de seus interesses.

Então, eu queria agradecer a presença aqui de todas as mulheres, homenageá-las. E agradecer também aos nossos parceiros homens, que dão apoio a uma luta que é uma luta cidadã. Então, essa é minha palavra, minha homenagem às milhões de mulheres brasileiras anônimas que fazem deste País um país maior.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra (14min) do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-portaria-interministerial-que-institui-as-diretrizes-para-a-implementacao-da-lei-no-13-239-que-dispoe-sobre-a-realizacao-pelo-sistema-unico-de-saude-de) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-portaria-interministerial-que-institui-as-diretrizes-para-a-implementacao-da-lei-no-13-239-que-dispoe-sobre-a-realizacao-pelo-sistema-unico-de-saude-de>) da Presidenta Dilma Rousseff

09-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de medidas de fortalecimento para a Formação Técnica e Profissional do Pronatec - Palácio do Planalto

Palácio do Planalto, 09 de março de 2016

Bom dia a todos, bom dia a todas, principalmente queria saudar as mulheres presentes. Ontem foi o Dia Internacional da Mulher.

Cumprimento, aqui, os ministros de Estado presentes nessa cerimônia: Aloizio Mercadante, da Educação; Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Armando Monteiro, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Miguel Rossetto, do Trabalho e Previdência Social; Henrique Eduardo Alves, do Turismo; Nilma Lino Gomes, das Mulheres, Igualdades Racial e Direitos Humanos; Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação Social.

Queria dirigir um cumprimento ao governador do Piauí, Wellington Dias, nosso querido Índio, Cumprimentar a senadora Ângela Portela,

Os deputados federais presentes: José Guimarães, líder do governo na Câmara; Adelmo Carneiro Leão; Alex Canziani; Benedita da Silva; Carlos Zarattini; Chico Lopes; Elcione Barbalho; Givaldo Vieira, Nelson Marquezelli; Paulão; Pedro Uczai; Raquel Muniz; Laércio Oliveira, vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo.

Cumprimento o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade,

Cumprimento o presidente do Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação (Conif), Marcelo Bender Machado,

Queria Cumprimentar os Secretários Especiais: Eleonora Menecucci, de Política para as Mulheres; e Ronaldo Barros, de Igualdade Racial,

Cumprimentar o general Marco Antônio Amaro, chefe da Casa Militar,

Cumprimentar, uma saudação toda especial, aos alunos do Pronatec e medalhistas do WorldSkills 2015, que nos encheram de orgulho, o Carlos Rubens Teixeira Júnior,

E queria dirigir um cumprimento, agradecimento, para o Leonardo Fonseca Rodrigues, que me presenteou com uma joia muito bonita, muito obrigada, Leonardo,

Quero cumprimentar as senhoras e os senhores representantes das federações, das entidades e Conselhos de Crea e de Classe, reitores de universidades de institutos federais, professores e estudantes aqui presentes,

Cumprimentar também os senhores e as senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Eu acredito que o Pronatec é uma conquista e uma realização de sucesso no Brasil. Nós decidimos que investir em educação técnico-profissional era uma exigência. Uma exigência para que o País pudesse ter uma nova característica no próximo ciclo econômico, lá em 2011, ainda.

Nós acreditávamos que muito dificilmente a expansão da economia internacional continuaria. Pelo contrário, nós vínhamos de uma crise grave no mundo. E reconhecemos a importância do Brasil ter competitividade, do Brasil ser capaz de produzir mais e melhor, pagar mais e melhor seus trabalhadores. E, sobretudo, se qualificar para uma nova fase, em que a presença da inovação e da qualificação profissional fossem o principal instrumento pelo qual o País cresceria.

Por isso, começamos, lá em 2011, o Programa Nacional de Ensino Técnico, o Pronatec. E ele está baseado na nossa convicção de que investir em educação técnico-profissional é estratégico para o desenvolvimento do Brasil, para a melhoria das condições de vida da sua população. E que esse investimento era tão importante como novas indústrias e investimentos em infraestrutura - e também em políticas sociais de inclusão.

Nós temos a convicção de que cada vez que um brasileiro cresce, se desenvolve, se realiza, o Brasil cresce junto, o Brasil se realiza junto, o Brasil melhora junto. Por isso, cada brasileiro e cada brasileira, porque muitas brasileiras, os dados do Pronatec são muito importantes no que se refere à presença das mulheres no ensino técnico profissionalizante. Então, cada vez que um brasileiro ou uma brasileira se forma, busca um ensino técnico, o Brasil também se torna melhor e mais competitivo.

Isso fez então que nós criássemos, em 2011, o Pronatec. Nós implantamos esse programa baseado, como mostrou o ministro Aloizio Mercadante, em dois caminhos que convergiam para um caminho único de oportunidade: primeiro, o reconhecimento de que não era mais possível que o ensino médio no País fosse um ensino médio sem - associado a ele - um curso profissionalizante, um curso técnico. Segundo, o fato de que nós deveríamos, também, trilhar um outro caminho, que era o caminho da formação profissional para os trabalhadores e as trabalhadoras do nosso País que já tinham atingido a idade do trabalho e queriam novamente o acesso à uma melhoria profissional.

Isso tudo nos levou, com o passar do tempo, a uma questão que foi o chamado Itinerário Formativo. A importância de que esses cursos se comunicassem e, sobretudo, que se é um caminho de oportunidade, que os alunos caminhassem por esse caminho. Então, se ele capaz de fazer um curso de formação técnico-profissional de nível - começou assim - de nível mais baixo, ele depois pode fazer um de nível médio. E, depois, ele pode fazer um curso de nível tecnológico. Com isso cria-se também uma outra motivação para o estudante.

Agora, para nós fazermos isso, como é que nós conseguimos? Nós mobilizamos de fato a rede federal de educação profissional, formada pelos 562 Ifets [*Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*]. E eu tenho de fato orgulho de ter feito, no primeiro período do meu governo, 208 Institutos Federais de Educação. E, com os 214 feitos no governo do presidente Lula, nós chegamos a 422. No resto, de toda a história do Brasil, só 120 tinham sido feitos.

Mas não bastava. Vejam vocês - eu falei todos esses números para chegar à esse conclusão -, mas não bastava. Esses institutos federais tecnológicos, que nós criamos nesse período, não eram suficientes. Nós precisávamos de uma parceria. E, aí, nós precisávamos de uma boa parceria, nós precisávamos de uma excelente parceria.

E nós escolhemos o que havia de melhor no Brasil e na América Latina. E, aqui, eu queria cumprimentar uma pessoa - não que nós outros institutos isso não tenha ocorrido, mas pelo fato de que o maior e o melhor desempenho foi feito pelo Senai -, eu queria cumprimentar o Rafael Lucchesi. É óbvio que o Rafael Lucchesi não teria feito isso sem o apoio decisivo do nosso Robson, presidente da CNI.

Querida cumprimentar, também, todo o pessoal do Senac, do Senar, do Senat, do Senac de Turismo - que eu achei muito importante nesse momento que nós entramos na Olimpíada ser destacado esse fato. Mas, eu quero dizer que essas parcerias... por que eu disse que nós escolhemos o que havia de melhor? Porque tem uma tradição de cursos técnico-profissionalizante nessa área. E tem, também, todo um esforço que, nesse momento, vinha sendo feito pela indústria na área de inovação.

E, daí, eu considero estratégico para o País o financiamento do BNDES feito ao Sistema S e a formação dos institutos tecnológicos de inovação... Não, é o Instituto Senai de Inovação e Instituto Senai de Tecnologia. Os dois são muito importantes. E eles estão ainda em processo de implantação. Por quê? Porque é necessária muita qualidade nesses institutos. Esses institutos serão uma das bases para que o País dispute, não só o WorldSkills, que é fundamental. Dispute não só as nossas medalhas de ouro, agora e sempre. Mas também para que o País dispute, na vida real, a vanguarda da inovação.

Por isso, eu considero que esse balanço, que nós estamos hoje aqui fazendo, do Pronatec, junto com o seu lançamento, não podia ser melhor. E os 9,4 milhões de matrículas eu acho que é, de fato, uma grande realização. Mas como nós não podemos nos contentar com aquilo que conquistamos, eu considero muito importante destacar que nós iremos para uma segunda etapa do Pronatec.

Essa segunda etapa que são 2 milhões de matrículas. Se, na primeira etapa dos 28, aliás, dos 31 medalhistas, 28 que ganharam e participaram das Olimpíadas Internacionais do Ensino Técnico foram estudantes do Pronatec, eu tenho certeza que, com o passar do tempo, essa maturação ainda vai ser maior. Novos frutos ainda vão ser colhidos. E, agora, com os 2 milhões, ainda mais.

Tenho certeza que nós avançamos nos nossos objetivos. E reafirmo aqui que, mesmo no momento de crise, no momento de dificuldade, pelo qual nós passamos, é importante entender para que nós fazemos ajustes. Nós não fazemos ajustes para cortar o futuro do País. Nós não fazemos ajustes para acabar com os programas fundamentais. Nós fazemos ajustes para preservar aquilo que nós precisamos de preservar porque constitui o caminho do futuro.

Essa cerimônia, este fato que é o Pronatec 2016 ter como meta 2 milhões de formandos, novas áreas diferenciadas - e aí é importante destacar que são áreas tecnológicas, áreas de inovação. Áreas que abrangem algo que é muito importante para o Brasil, que é o trabalho especializado, de alta tecnologia, de média tecnologia. Enfim, aquele trabalho que produz e agrega valores aos produtos, nós temos certeza que ajustar para preservar é o caminho que nós estamos trilhando.

Por isso, é importante perceber que, hoje aqui, nós estamos criando não só um caminho de oportunidades para milhões de brasileiros e brasileiras. Mas estamos também criando um caminho de oportunidades para o próprio País. O País precisa deste investimento para ultrapassar, não só esse momento e voltar a crescer, mas quando voltar a crescer, voltar sempre com melhor qualidade, com maior capacidade de inovação. É isso que nós queremos, mais e melhor.

Nós sabemos que, mesmo um programa muito bem-sucedido, ele tem que ser aprimorado. A arte da despesa pública é, sem sombra de dúvida, olhar sempre aonde você está gastando e procurar fazer mais com menos. E focar. Focar, procurar sempre ser objetivo.

A partir desse ano, nós vamos fazer alguns esforços em algumas áreas que nós já aprendemos, no passado, que devíamos aprimorar. Uma delas é o chamado Itinerário Formativo, é estimular os jovens e os trabalhadores a aproveitar o que aprenderam numa fase, acumular aquilo e levar para outra fase. Para isso, o governo federal, por meio do MEC alterou, e vai alterar, e garantir as condições para que isso ocorra. A gente acumula, a gente transfere e a gente melhora. Essa é a ideia do Itinerário Formativo.

Nós já tínhamos regulamentado esses itinerários para várias áreas. A partir de agora nós vamos garantir vagas em sequência coerentes. Traduzindo do "Mequês" - porque nós temos um dialeto, no Brasil, que é o dialeto praticado no MEC. A pessoa que se forma chama-se concluinte. Eu sempre fiquei, assim, muito interessada por esse vocabulário tão diferenciado. Pois é, então, nós já tínhamos garantido vagas e estabelecido como é que se faria os procedimentos desse itinerário. Agora nós vamos fazer com claras sequências, ou chamadas sequências coerentes.

Também eu acho que é muito importante a questão do EJA, por quê? Porque, da mesma forma que está claro que o ensino médio acadêmico não atrai os jovens, tampouco o ensino de alfabetização ou de oportunidades de estudo do EJA, Formação de Jovens e Adultos, atrai jovens e adultos sem que tenham a ver com a vida que estão levando ou com a vida que queiram levar. Daí a importância também do ensino técnico.

Eu não vou nem me estender no E-Pronatec. O E-Pronatec é, de fato, o Brasil utilizando a tecnologia em favor da educação. E aí também, nessa área, o Senai terá uma importância muito grande. E nós iremos também assegurar que o mesmo ocorra nos Institutos Federais de Ensino Técnico.

Queria dizer, também, que nós temos, nessas várias medidas, dois propósitos: ampliar a oportunidade e melhorar a qualidade. E a meta é só uma, uma única meta: é garantir empregos melhores, com salários melhores, produção melhor e mais competitiva.

Assim, eu quero dizer que esse é um programa bem-sucedido porque ele fez parcerias. Não só com o Sistema S e os institutos federais, mas também com outras instituições privadas, com instituições estaduais e municipais de ensino técnico. E isso é muito importante, porque sem capilaridade era muito difícil fazer esse programa. Uma das grandes vantagens dos institutos, dos Ifets, é a interiorização desses institutos pelo Brasil e a regionalização, também, desses institutos pelos estados - que antes não tinham tanto acesso às instituições de ensino técnico, como é o caso dos estados do Norte e do Nordeste.

Nós temos, de fato, um programa em parceria. Acredito que as entidades do Sistema S ajudarão o governo a implementar programas em outras áreas de interesse comum, entre as quais as de tecnologia e inovação. Eu estou me referindo ao decreto que eu assinei. E espero que, com esse decreto, nós possamos ampliar ainda mais a nossa parceria.

Eu finalizo dizendo o seguinte: eu tive, nos últimos cinco anos, a oportunidade de participar em formações, em momentos solenes de formação dos estudantes do Pronatec - tanto do ensino médio quanto do ensino técnico-profissional. E presenciei depoimentos muito importantes, depoimentos de trabalhadores, mas também de empreendedores, porque o Pronatec estimula empreendedorismo.

Nós assistimos, portanto, nessas cerimônias, uma clara afirmação da autoestima das pessoas, da forma como elas tomaram nas suas mãos seus próprios destinos, lutaram por essa formação e tinha muito orgulho dela. E duas palavras sempre apareceram nessas formações, uma era esperança. As pessoas foram fazer os cursos com muita esperança. E a outra palavra era o reconhecimento de que, de fato, o Pronatec era um caminho de oportunidades.

Então oportunidades e esperança eu acho que é o que caracteriza, sem sombra de dúvida, o que o Pronatec cria. E para nós, todos, um Brasil muito melhor.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra (22min06s) do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-anuncio-de-medidas-de-fortalecimento-para-a-formacao-tecnica-e-profissional-brasilia-df-22min06s)
(<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-anuncio-de-medidas-de-fortalecimento-para-a-formacao-tecnica-e-profissional-brasilia-df-22min06s>) da Presidenta Dilma Rousseff

17-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de posse dos novos Ministros de Estado Chefe da Casa Civil, Luiz Inácio Lula da Silva; da Justiça, Eugênio Aragão; da Secretaria de Aviação Civil, Mauro Lopes e do Chefe de Gabinete Pessoal da Presidenta da República, Jaques Wagner

Bom dia.

Muito bom dia a todos os brasileiros e as brasileiras de coragem que estão aqui dentro desta sala,

Queria saudar, com muita alegria, com muita convicção, o nosso querido ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministro-chefe da Casa Civil,

Quero saudar o ministro da Justiça, Eugênio Aragão,

Saudar o nosso ministro de Estado chefe da Secretaria da Aviação Civil, Mauro Lopes,

E saudar Jaques Wagner, do Gabinete Pessoal. Como Jaques Wagner só anda de avião de carreira, e não usa avião da FAB, o Jaques Wagner teve um contratempo e está chegando apenas às onze horas.

Queria saudar as senhoras e senhores familiares,

Saudar o meu querido Wellington Lima e Silva e o Guilherme Ramalho,

Quero cumprimentar os ministros de Estado aqui presentes: o ministro Aldo Rebelo, da Defesa; o embaixador Sérgio Danese, interino das Relações Exteriores; Nelson Barbosa, da Fazenda; Antônio Carlos Rodrigues, dos Transportes; Aloizio Mercadante, da Educação; Juca Ferreira, da Cultura; Miguel Rossetto, do Trabalho e Previdência; Tereza Campello, do Desenvolvimento Social; Marcelo Castro, da Saúde; Armando Monteiro Neto, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Eduardo Braga, de Minas e Energia; Valdir Simão, do Planejamento, Orçamento e Gestão; André Figueiredo, das Comunicações; Celso Pansera, da Ciência, Tecnologia e Inovação; George Hilton, do Esporte; Henrique Eduardo Alves, do Turismo; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário; Gilberto Kassab, das Cidades; Nilma Lino Gomes, das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Eduardo Cardozo, advogado-geral da União; Luiz Navarro de Brito, da Controladoria-Geral da União; Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação Social; ministro Helder Barbalho, da Secretaria de Portos,

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores chefes de Missão Diplomática acreditados junto ao meu governo,

Cumprimentar o governador Wellington Dias, do Piauí,

Cumprimentar a Dr^a Ela Wiecko, procuradora-geral da República em exercício,

Cumprimentar os senadores: José Pimentel, líder do governo no Congresso; Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Marcelo Crivella, Paulo Rocha, Regina Sousa, Telmário Mota, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes,

Deputados federais: queria cumprimentar todos os deputados federais aqui presentes, saudando o deputado Afonso Florence e a deputada Ângela Amin, saudando a deputada Jandira Feghali, o deputado João Daniel, saudando Adelmo Leão, Alice Portugal, Ana Perugini, André Sanchez, Angelim, Benedita da Silva, Beto Faro, Bohn Gass, Caetano, Carlos Zarattini, Chico D'Angelo, Chico Lopes, Daniel Almeida, Davidson Magalhães, Décio Lima, Enio Verri, João Daniel, José Mentor, José Rocha, Júnior, Léo de Brito, Leonardo Monteiro, Luciana Santos, Luiz Couto, Luiz Sérgio, Luizianne Lins, Marco Maia, Marcon, Margarida Salomão, Moema Gramacho, Nilmário Miranda, Nilto Tatto, Orlando Silva, Paulão, Paulo Maluf, Pepe Vargas, Reginaldo Lopes, Rubens Júnior, Sâguas Moraes, Saraiva Felipe, Sibá Machado, Valdir Assunção, Valmir Prascidelli, Vander Loubet, Vicentinho, Wadson Ribeiro, Valdenor Pereira, Zeca Dirceu e Zeca do PT.

Queria cumprimentar os secretários especiais: José Lopes Feijó, do Trabalho; Carlos Gabas, da Previdência; Eleonora, das Políticas para as Mulheres; Rogério Sottili, dos Direitos Humanos.

Senhoras e senhores representantes de movimentos sociais, entidades sindicais aqui presentes,

Cumprimentar as senhoras e os senhores jornalistas, senhores fotógrafos e cinegrafistas.

E dirigir um cumprimento muito especial a uma pessoa que, para mim, é muito cara, que é o meu querido Renato Rabelo.

Bom, as minhas primeiras palavras são dirigidas aos dois companheiros que deixam hoje o cargo de ministro. Ao Wellington César Lima e Silva, eu agradeço pela disposição de integrar o meu governo, compreendo sua decisão de preservar uma carreira de 25 anos no Ministério Público, em cuja continuidade eu desejo-lhe muito sucesso. A Guilherme Valder Moura Ramalho, agradeço pelo trabalho competente à frente da Secretaria de Aviação Civil nos últimos meses, tendo dedicado, como gestor público que é, ao grande desafio de garantir que os nossos aeroportos tenham o desempenho que o nosso povo necessita.

Dou as boas vindas aos companheiros que agora passam a se incorporar ao governo. Procurador da República há 29 anos, Eugênio José Guilherme de Aragão assume o Ministério da Justiça. Respeitado pelos demais procuradores, respeitado pelos tribunais em que atua, reconhecidamente isento em suas manifestações, tenho certeza que Eugênio Aragão engrandecerá o Ministério da Justiça tanto quanto sempre engrandeceu o Ministério Público. Eugênio Aragão reforçará, com seu perfil, características fundamentais de atuação desse ministério: imparcialidade, firmeza e serenidade. O novo ministro encontrará sobre sua mesa de trabalho uma agenda carregada de grandes desafios. Deverá tornar ainda mais efetiva a nossa política de proteção ao consumidor, assim como avançar na integração entre as políticas de segurança e no aperfeiçoamento da proteção das fronteiras em parceria com as nossas Forças Armadas. Deverá dar sequência à valorização das Forças Federais de Segurança e a nosso esforço de enfrentamento às drogas. Peço que se dedique com determinação ao tema dos direitos individuais. Recomendo-lhe especial dedicação a uma de nossas maiores e mais importantes tarefas neste ano: trata-se da segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro. O processo de organização está em estágio avançado, bem estruturado, contando, como eu disse, com a participação das nossas Forças Armadas. O ministro Aragão, sem sombra de dúvidas, vai se somar a esse esforço, e fazer dos Jogos Olímpicos 2016 e dos Jogos Paralímpicos um grande sucesso, dentro e fora do campo.

Meu conterrâneo, deputado Mauro Ribeiro Lopes, assume a Secretaria de Aviação Civil. Esse é um ministério estratégico, em um país com dimensão do Brasil, que depende da infraestrutura aeroportuária para sua integração, internconexão, troca de bens e serviços e, sobretudo, para tráfego de pessoas. Felizmente ficou para trás o tempo em que nossos

aeroportos eram serviços mal avaliados. Para fazer frente a um crescimento de 10% ao ano nos últimos anos, investimos muito em infraestrutura aeroportuária; fizemos concessões de seis aeroportos e adotamos novos procedimentos e normas. Por isso, nós mudamos radicalmente o setor e, tenho certeza que vamos fazer a concessão de quatro aeroportos - Porto Alegre, Florianópolis, Salvador e Fortaleza - à iniciativa privada. Durante as Olimpíadas e as Paralimpíadas, devemos, ministro, garantir que os aeroportos atendam àqueles que vem buscar no Brasil um momento de muita alegria, um momento também de conagração e de paz. Nós vamos continuar investindo para interiorizar a malha aeroportuária brasileira, para que mais e melhores conexões sejam feitas entre os municípios do País. Missões que, eu tenho a certeza, o ministro Mauro Lopes deverá conduzir com eficiência e seriedade.

Senhoras e senhores,

Ao longo da minha vida eu aprendi a valorizar, a dar extrema importância e a respeitar os meus companheiros de luta e de jornada; pessoas, para mim, muito especiais, que têm estado ao meu lado em todos os momentos. Durante as conversas para definir as mudanças que estou promovendo em minha equipe, eu pude perceber, mais uma vez, o privilégio de ter ao meu lado um desses companheiros, o meu amigo Jaques Wagner. Por seu estilo pacífico, conciliador, Jaques é fundamental para o meu governo, como articulador, como parceiro para debater decisões e também como bom conselheiro. A partir de agora estará ainda mais perto de mim na chefia do Gabinete da Presidência da República. Permanecerá, dessa forma, muito integrado ao nosso processo interno de tomada de decisões.

Queridos amigos, queridas amigas,

Todo mundo sabe que as dificuldades, muitas vezes, costumam criar grandes oportunidades. As circunstâncias atuais me dão a magnífica chance de trazer para o governo o maior líder político desse País. Uma pessoa que, além de ser um grande líder político, é um grande amigo e um companheiro de lutas e de conquistas. Seja bem-vindo, querido companheiro, ministro Luiz Inácio, ministro Lula. Eu conto com a experiência do ex-presidente Lula. Conto com a identidade que ele tem com esse País, com o povo desse País. É com isso que eu conto. Conto com sua incomparável capacidade de olhar nos olhos do nosso povo e de entender esse povo, de querer o melhor para esse povo e também de ser entendido e por ele amado. A sua presença aqui, companheiro Lula, prova que você tem a grandeza dos Estadistas e a humildade dos verdadeiros líderes. Prova que não há obstáculos à nossa disposição de trabalhar juntos pelo Brasil.

A disposição do querido companheiro Lula de fazer parte do meu governo mostra como estão e sempre estiveram enganados aqueles que sempre, nos últimos cinco anos, cinco anos e alguns meses, apostaram na nossa separação.

Nós sempre estivemos juntos, pois temos em comum algo extremamente importante, que é a consciência de um projeto para o Brasil, um projeto extremamente generoso para o Brasil, que olha, sobretudo, para o seu povo, para aquela parcela do povo que é a mais sofrida, que sempre foi a grande maioria da população excluída dos benefícios da riqueza desse imenso e maravilhoso País.

Nós sempre estivemos perto; Eu tenho orgulho de ter trabalhado como ministra-chefe da Casa Civil, e antes ministra de Minas e Energia do presidente Lula nos oito anos que ele comandou o Brasil. Nós sempre estivemos do mesmo lado, e, a partir de agora, novamente trabalharemos lado a lado. Sempre lutamos pelos brasileiros, governamos pensando no melhor para os brasileiros. Pelos brasileiros nós estamos juntos outra vez.

O Brasil enfrenta, hoje, dificuldades econômicas e políticas. E, nesse momento, eu não quero e não posso prescindir de ninguém. Nesse momento temos que estar juntos pelo Brasil: eu, Lula, nossa base política, nossa base social e mesmo os opositores que também querem o melhor para o País. Podemos todos agir em conjunto para superar a crise econômica e deixar para trás a paralisia causada pela crise política, sem que de ninguém se exija abdicar de ideias, convicções e anseios eleitorais. Estamos determinados a promover o reequilíbrio fiscal, a reduzir a inflação com o mesmo empenho que atuamos em favor da recuperação do emprego e da retomada do crescimento.

Meu governo terá ainda melhores condições para fazer isso, para recolocar o Brasil nos trilhos, com Lula ao meu lado. Juntos, nós todos aqui presentes, principalmente os ministros, o presidente Lula, os ministros, o Eugênio Aragão, o Mauro Lopes, o Jaques Wagner - ministros que tomam posse - e todos os ministros do governo, toda a nossa base social e política. Nós teremos mais força de superar as armadilhas que jogam em nosso caminho aqueles que, desde a minha reeleição em 2014, não fizeram outra coisa que tentar paralisar o meu governo, me impedir de governar ou me tirar o mandato de forma golpista.

Nós estendemos a mão para todos aqueles que, repito, querem o bem do Brasil. Não exigimos nada a não ser o diálogo e a ação concertada. Nós temos que superar os ódios e a atuação daqueles que não têm razão, não estão do lado da verdade e não terão força política para provocar o caos e a convulsão social. A gritaria dos golpistas não vai me tirar do rumo e não vai colocar o nosso povo de joelhos.

Senhoras e Senhores,

Nós vivemos um momento ímpar em nossa história. Um momento em que o combate à corrupção tem sido realizado sem imposição de qualquer obstáculo por parte do governo federal, mas também o momento em que temos que reafirmar a centralidade dos direitos individuais, da normalidade institucional e da soberania da Constituição.

Somente haverá justiça com o respeito rigoroso a princípios orientadores de sua execução, em especial a presunção de inocência e o amplo direito de defesa de qualquer cidadão. A justiça, o combate à corrupção, sempre é mais forte e digno quando respeita os princípios constitucionais. A justiça será tão mais forte e digna de respeito, quanto mais seus agentes agirem com retidão e qualificarem suas decisões, com serenidade, discricção e impessoalidade.

O funcionamento eficiente da justiça, deve estar assentado na produção de provas, sem ceder sua natural preponderância a outros instrumentos; deve estar pautado pelo respeito às garantias constitucionais - e isso eu não me cansarei de repetir: ao direito do cidadão e o respeito a todas as leis vigentes. Afinal, não há justiça quando delações são tornadas públicas, de forma seletiva, para execração de alguns investigados, e quando depoimentos são transformados em fatos espetaculares. Não há justiça quando leis são desrespeitadas, e eu repito, a Constituição aviltada. Não há justiça para os cidadãos quando as garantias constitucionais da própria Presidência da República são violadas.

O Brasil não pode se tornar submisso a uma conjuração que invade as prerrogativas constitucionais da Presidência da República; não porque a presidenta da República seja diferente dos outros cidadãos e cidadãs; mas porque, se se ferem prerrogativas da Presidência da República, o que farão com as prerrogativas dos cidadãos?

Em que pese o teor absolutamente republicano do diálogo que eu tive ontem com o ex-presidente Lula, ele foi publicizado com uma interpretação desvirtuada; mudaram tempos de verbo, mudaram "a gente" para "ele", e ocultaram - e eu estou guardando esta assinatura desse termo de posse como uma prova - ocultaram que o que nós fomos buscar no aeroporto era esta assinatura, que está assinado o presidente Lula, mas não tem a minha assinatura. E, portanto, isto não é posse. A posse ocorreria aqui porque o presidente Lula, por ter algum problema pessoal para voltar a Brasília hoje, uma vez que a dona Marisa não está bem, não viria. E veio hoje, justamente, para manifestar aqui a sua determinação de participar do governo.

Repudio, total e integralmente, todas as versões contra esse fato. Este documento foi distribuído ontem para toda a imprensa, quando percebemos que era disso que se tratava. Agora, estaremos avaliando, com precisão, as condições deste grampo que envolve a Presidência da República. Nós queremos saber quem o autorizou, por que o autorizou e por que foi divulgado quando ele não continha nada, nada, eu repito, que possa levantar qualquer suspeita sobre seu caráter republicano.

Interpretação desvirtuada, processos equívocos, investigações baseadas em grampos ilegais, não favorecem a democracia nesse País. Quando isto acontece fica nítida a tentativa de ultrapassar o limite do Estado democrático de direito, de cruzar a fronteira que é tão cara

para nós que a construímos, que lutamos por ela, que resistimos à fronteira com o Estado de exceção. Nós estamos, sim, diante de um fato grave: uma agressão, não à minha pessoa, uma agressão à cidadania, à democracia e à nossa Constituição. Eu tenho defendido a liberdade de expressão e de manifestação; eu sei, também, quanto foi difícil conquistá-la. Eu tenho defendido, e sempre defenderei, a busca da verdade e os princípios necessários para construir, cada vez mais, uma sociedade, um governo, um País, livre da corrupção. Eu quero deixar claro que isso não me fará recuar diante da exigência da mais absoluta apuração dos fatos acontecidos ontem.

Convulsionar a sociedade brasileira em cima de inverdades, de métodos escusos, de práticas criticáveis, viola princípios e garantias constitucionais, viola os direitos dos cidadãos e abre precedentes gravíssimos. Os golpes começam assim.

Nossa obrigação é enfrentar essa situação que ameaça degradar a Constituição e a justiça por ofender seus princípios. Devemos combater esse ambiente que eletriza artificialmente o País e deixa a população em estado de permanente sobressalto. Não interessa às brasileiras, não interessa aos brasileiros, um ambiente que imobilize e que paralise o País; não interessa aos brasileiros e às brasileiras o ambiente que impede o funcionamento normal das instituições. Nem tampouco interessa, muito menos ainda ao País, o ambiente que paralisa, que impede a retomada do crescimento e a geração de empregos.

Eu sou uma pessoa otimista. Sou otimista, sim. E acredito na justiça do meu País. Sei que, em qualquer situação, muitos magistrados nossos, muitos ministros de tribunais, muitos ministros de Cortes serão corretos na defesa das suas prerrogativas, das suas tarefas, e, principalmente, da proteção dos nossos direitos. Os nossos magistrados e ministros julgam e continuarão julgando com serenidade e isenção, com base em provas efetivamente apresentadas conforme a lei. Para o bem do Brasil, todo esse barulho, que não é a voz rouca das ruas, mas é uma algaravia, advinda da excitação de pré-julgamentos, ela deve acabar, pelo bem do Brasil. Deve dar lugar à tranquilidade que conduz, não só à paz social, mas também a vereditos qualificados e justos e ao ambiente de preservação e fortalecimento das instituições democráticas, nas quais os princípios do direito e o respeito às liberdades individuais vão emergir vitoriosas desses tempos - algumas vezes, difíceis e insensatos.

Há um Brasil que luta contra a corrupção; há um Brasil que respeita os direitos individuais; há um Brasil das instituições democráticas. Esse Brasil que luta contra a corrupção, respeita as instituições democráticas e os direitos individuais, está comprometido com o crescimento e com a inclusão de todos os cidadãos. E esse Brasil conta com o meu trabalho e a minha determinação. E, em nome de vocês, ministros, e dos nossos ministros hoje empossados, eu digo que ele conta com o nosso trabalho e com nossa determinação.

Sejam bem-vindos, novos ministros. Mãos à obra.

Seja bem-vindo, ex-presidente Lula.

Muito obrigada.

18-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais em Feira de Santana/BA e entregas simultâneas em Teresina/PI, em Itabuna/BA, em Ananindeua/PA, em Itapeva/SP e em Susano/SP - Feira de Santana/BA

Feira de Santana/BA, 18 de março de 2016

Bom dia,

Eu queria, aqui, cumprimentar cada uma das famílias,

Queria cumprimentar cada um dos homens e das mulheres, das crianças que hoje realizam o sonho de uma casa própria,

Eu sei que o coração de vocês é um coração cheio de festa hoje. E por isso eu vou cumprimentar tanto a Jucimara quanto a Girlene, que estiveram aqui no palco. A Jucimara com a sua filha, e a Girlene com seus filhos,

Cumprimento cada uma delas, abracei, mas vocês se sintam abraçados e beijados,

Quero ainda cumprimentar, aqui, o meu querido governador da Bahia, Rui Costa,

E queria dirigir um cumprimento especial e um agradecimento a esse baiano, esse baiano Jaques Wagner, que é baiano de coração, baiano por escolha, baiano por opção,

Queria cumprimentar também o prefeito. Eu quero dizer para vocês que o prefeito foi nosso parceiro nesse tempo todo, o prefeito José Ronaldo de Carvalho,

Queria cumprimentar também, aqui hoje, os deputados federais que nos acompanham: deputado Afonso Florence, deputado Daniel Almeida, deputado Fernando Torres,

Cumprimentar os deputados estaduais: o deputado Zé Neto, a deputada Fátima Nunes e o deputado Joseildo Ramos,

Queria cumprimentar também a Maria das Graças Leal, prefeita de Araçás e, em nome dela, cumprimento todos os prefeitos e as prefeitas presentes,

Queria cumprimentar o Raul Francisco Moreira, vice-presidente do Banco do Brasil,

Queria cumprimentar também o senhor Sandro Ricardo do Espírito Santo, secretário de Habitação,

Queria cumprimentar também os funcionários da Caixa; o sócio-presidente Roberto Carvalho, da Carvalho Construções, responsável pelo imóvel; o Daniel Neto proprietário da CSO Engenharia,

Cumprimentar os senhores jornalistas, os senhores fotógrafos e cinegrafistas aqui presentes,

E agora eu vou cumprimentar as outras cidades que estão conosco no link dessa inauguração,

Cumprimento, lá em Itabuna, aqui na Bahia, o pessoal que hoje vai receber as chaves do Conjunto Habitacional São José; cumprimento lá a ministra Nilma Lino Gomes, ministra da Mulheres; e o prefeito Vane do Renascer; cumprimento a senhora Nieire Keli Macedo, que vai receber as chaves,

Cumprimento, em Suzano, São Paulo, a presidenta da Caixa, Miriam Belchior e a senhora Sandra Maria da Rocha,

Cumprimento, em Itapeva, a ministra Tereza Campello; e o prefeito José Roberto Comeron; e a senhora Francele Rodrigues, que vai receber as chaves,

Cumprimento, em Teresina, lá no Piauí, o governador, nosso querido governador Wellington Dias; o ministro das Cidades, Gilberto Kassab; e a senhora Isolete Evangelista Borges. É, sua parente? Manda um beijo para ela.

Eu queria dizer para vocês, vejam só, nós estamos em duas cidades da Bahia: aqui em Feira e lá em Itabuna. Duas cidades lá em São Paulo: Itapeva e Suzano. E uma cidade no nosso Piauí: a cidade de Teresina.

Todos são moradores agora, ou vão ser daqui a poucas horas, moradores de novas residências como vocês. Eles vão receber a chave da casa própria. E é uma honra para nós, para mim que lutei por esse programa Minha Casa Minha Vida, ver vocês hoje entrando para a casa de vocês.

É uma alegria no meu coração. Vocês vejam, todas as famílias têm sonhos. Um família sonha em ter um carro, outras famílias em colocar o filho na universidade, outras famílias sonham em comprar algum bem como uma televisão, um celular de última geração, enfim, todo mundo tem vários sonhos. Mas eu tenho certeza que tem um sonho, um sonho, que todas as famílias têm, e têm esse sonho de forma muito forte, que é o sonho da casa própria.

E aí todas as famílias que hoje recebem a chave da casa própria estão realizando o seu sonho. Graças ao programa Minha Casa Minha Vida, hoje, mais de 20.000 brasileiros e brasileiras, no dia de hoje, só no dia de hoje, estão entrando na sua casa própria.

E vejam vocês que essas famílias que, a partir de hoje, entram com tranquilidade na sua casa, têm acesso a esse programa, como mostrou o governador, pagando menos que pagavam de aluguel. E agora têm a garantia de ter uma coisa que é sua, está pagando por aquilo que é seu, muito menos que um aluguel. Além disso, essas famílias têm uma outra característica. Muitas, a gente sabe, em alguns lugares do Brasil, viviam em áreas de risco e agora têm a segurança de prédios como esse aqui, aqueles prédios que nós vemos, que são prédios de qualidade. Então essa valiosa conquista que hoje vocês atingem é algo que vocês devem valorizar. Conquistas como estas acontecem no Brasil nos últimos tempos. Desde o governo do presidente Lula até o meu, todos os dias, principalmente agora que nós estamos entregando 2 milhões e 300 mil casas, nós já atingimos isso, 2 milhões e 300 mil casas. A boa notícia é que ainda faltam entregar, e nós faremos isso até o final do próximo ano, mais 1 milhão e meio de casas como essas aqui, igual a essas aí. E são casas que têm um ótimo acabamento. Além disso, eu quero falar para vocês, tem uma outra boa notícia. Qual é a outra boa notícia? Vocês falem para os conhecidos de vocês, para as famílias amigas de vocês que não tiveram acesso ainda ao Minha Casa Minha Vida, no final desse mês nós vamos lançar mais 2 milhões de moradias, que serão selecionadas e serão distribuídas para aquelas pessoas que mais precisam. E isso é fruto de uma decisão do governo federal. Qual é a decisão? A decisão é usar o dinheiro dos impostos para garantir que mais famílias tenham acesso ao Minha Casa Minha Vida.

Vocês não devem se iludir. Muitas pessoas se incomodam com esse programa, não gostam desse programa. Acham que nós estamos exagerando nesse programa e dizem: 'tem de acabar com isso, não pode fazer isso, corta, corta e corta'. Nós não vamos, não só nós não vamos cortar, mas, como eu disse para vocês, nós vamos aumentar o programa, mais 2 milhões de família.

Agora eu quero aproveitar e conversar com vocês. É uma conversa, por isso eu peço para vocês prestarem atenção. Quando a gente conversa, a gente conversa e pensa ao mesmo tempo, a gente troca ideias. Por isso eu quero dizer para vocês que a gente, além de nos esforçar para fazer esse programa que garante casa dessa qualidade, hoje eu visitei uma, olhei bem. São casas com 2 quartos, com cozinha, com banheiro bom, com uma sala de jantar bem decente, então, eu vi o acabamento. Esses programas, eles estão mantidos como eu disse. Mas nós também temos de combater a inflação, porque a inflação prejudica o bolso de vocês e nós agora estamos já conseguindo dar os primeiros passos para derrotar a inflação. Então eu quero dizer para vocês que a inflação nesse País vai cair, ela vai cair. Além disso, como qualquer família, a gente tem de melhorar o nosso próprio orçamento para poder fazer mais coisas para todo mundo, mais coisas, mais programas que vão garantir melhoria de vida para vocês.

Mas, infelizmente, tem aquele pessoal do contra. Vocês conhecem gente do contra, não conhecem? Gente do contra é aquela que você está fazendo uma coisa e ela fala assim para você: 'não vai dar certo, olha que não vai dar certo'. É como se pousasse uma ave na sua sorte. Então eu quero dizer para vocês que nós estamos aqui lutando contra esse povo do contra, esse povo do 'quanto pior melhor'. Ninguém vai nos impedir de continuar fazendo o Minha Casa Minha Vida nem de combater a inflação.

E aí, para me ajudar... Quando vocês estão enfrentando alguma dificuldade, vocês não chamam um parente, um amigo para te ajudar? Chamam. Pois eu chamei um grande amigo meu e de vocês para me ajudar, eu chamei para me ajudar o presidente Lula.

Bom, o presidente Lula - e aí eu pedi assim para o pessoal ficar só um pouquinho mais em silêncio para os outros escutarem - o presidente Lula, aceitou. Aceitou, mas tem muita gente que não quer ver ele trabalhando para ajudar o povo brasileiro, para ajudar o governo, para a gente voltar a crescer e criar emprego. Mas ele, vocês conhecem o Lula, ele está disposto a nos ajudar. A ajudar a gente a garantir que esse País volte a crescer apesar do pessoal que torce contra.

E vejam vocês o que aconteceu, aconteceu um fato muito grave. Qual é o fato grave que aconteceu? O fato grave que aconteceu é que eu, ao convidar o presidente Lula, ele ia para São Paulo. A dona Marisa, mulher do presidente Lula, estava doente e ele não ia voltar para a cerimônia de posse. Aí eu liguei para o Lula e falei: 'estou mandando aí no aeroporto, para pegar a sua assinatura, para a gente usar se você não puder voltar para a cerimônia de posse amanhã'. Pois bem, essa conversa apareceu gravada, grampeada.

E aí é um fato grave e eu vou explicar para vocês porque grampo na Presidência da República ou em qualquer um de vocês não é algo lícito, é algo ilícito e é previsto como crime na legislação. O grampo à minha pessoa, não é por eu ser eu, não é por eu ser Dilma, é por eu ser presidenta. O dia que eu deixar de ser presidenta, isso não vale mais para mim. Mas presidente do Brasil, presidente de qualquer país democrático do mundo, tem o que se chamam garantias constitucionais. Ele não pode ser grampeado, a não ser com autorização expressa da suprema corte do País. Em muitos lugares do mundo quem grampear um presidente vai preso se não tiver autorização judicial da suprema corte. Vou dar um exemplo para vocês: grampeia o presidente da República nos Estados Unidos e vê o que acontece com quem grampear.

É por isso que eu vou tomar todas as providências cabíveis nesse caso. Não é só por causa da Presidência da República, não. A Presidência da República é muito importante, mas é por outro motivo. Porque se eu não tomar providências, se alguém pode me grampear sem autorização da suprema corte, que a lei estabelece que é a única autoridade que pode deixar que me grampeiem, o que vai acontecer com o cidadão ou a cidadã comum? Se quiserem grampear, vão grampear à vontade e aí ninguém vai ter direitos, direitos de cidadania no nosso País.

Nós que lutamos pela democracia, e eu quero dizer para vocês que eu lutei pela democracia. Eu sou presidenta da República hoje, mas nos anos 70 eu fiquei 3 anos na cadeia. Por quê? Porque naquela época ninguém podia ser contra, se manifestar contra, dizer o que pensa. Hoje nós podemos, hoje qualquer um de nós pode ir à rua criticar o que quiser, falar o que

quiser. Só não pode ser violento, só não pode ser violento. Mas manifestar, dizer o que pensa e se expressar, nós conquistamos esse direito. Nós conquistamos também o direito do respeito ao cidadão. Cidadão tem direitos individuais que não podem ser tocados. Todos os cidadãos brasileiro têm esse direito. E eu lutarei por eles até o final do meu mandato e depois dele. Eu lutarei por esse direito.

Eu quero dizer uma outra coisa para vocês: eu sou a favor do mais rigoroso combate à corrupção e aos malfeitos. Eu sou a favor que todos os corruptos que tenham crimes vão para cadeia. Corrupto: cadeia. Perfeitamente. A única coisa que eu não sou a favor é que alguém justifique que, para combater a corrupção, a democracia tem de ir junto. É possível combater a corrupção e manter a democracia. Não é só possível, é absolutamente necessário que a democracia, o direito seja respeitado. E mais do que o direito da legislação comum, o direito previsto na Constituição que garante a cada um de nós a condição de cidadão ou cidadã brasileira.

Daí porque eu quero falar para vocês da importância de a gente não voltar atrás na história. Eu não sei se vocês sabem, mas nos anos 20 do século passado, como é que funcionava a polícia aqui no estado da Bahia e em todo Brasil. A polícia prendia não porque aquele ou aquela estava cometendo um delito, mas prendia para seguir os interesses dos coronéis. Como é que funcionavam os juízes? Também prendiam para satisfazer os interesses dos grandes proprietários e das grandes fortunas desse País.

Porém, nós mudamos - um longo processo de desenvolvimento social e político - graças a Deus nós mudamos. Hoje nós temos sólidas instituições, tanto no Judiciário como na polícia. Essas instituições, elas são apolíticas. E elas são apolíticas porque a Justiça não pode ser politizada, nem tampouco pode ser politizada a polícia. O meu governo garantiu autonomia para a Polícia Federal investigar a quem fosse necessário. O meu governo respeita o Ministério Público e respeita o Judiciário. Agora, nós consideramos uma volta atrás na roda da história a politização de qualquer um desses órgãos. Nada, nem ninguém, pode defender uma Justiça ou uma polícia que seja a favor de alguém por critério político. O juiz tem vitaliciedade para que ele não sofra pressão. O juiz não pode ser demitido e isso é muito importante, porque ele tem de ser protegido das pressões. A mesma coisa acontece com o Ministério Público. O Ministério Público também tem as suas prerrogativas que garantem a sua autonomia, que garantem a sua isenção. Por isso não é possível aceitar qualquer grau de politização em qualquer ação de investigação no nosso País. É uma volta atrás, um retorno a páginas atrasadas da nossa história.

Quero dizer para vocês que cada um de nós, sem diferença, presidente ou qualquer brasileiro, o mais anônimo possível, tem direito às mesmas proteções, às mesmas garantias. E tem uma coisa interessante: outro dia deram como exemplo de obrigações presidenciais o caso do presidente dos Estados Unidos, o presidente Nixon. O que o presidente Nixon fazia? Ele grampeava todo mundo que entrava na sala dele e todos os telefonemas que eram feitos para ele. Todos os telefonemas que ele recebia ele ia lá, pá, grampeava. Todo mundo que entrava na sala ele ia lá, grampeava. E aí? E aí não ficou assim, não. Aí o que aconteceu? A Suprema Corte dos Estados Unidos mandou ele entregar todos os grampos e proibiu ele de grampear. Veja bem, era o presidente grampeando. Ele não pode grampear porque deu na cabeça dele que ele ia grampear sem autorização. Então o exemplo é o seguinte: nem presidente da República pode grampear sem autorização. O que dizer de outras hierarquias? Esse é o exemplo do presidente Nixon, não é válido o grampo. O grampo é uma forma incorreta. A não ser que a justiça autorize.

No meu caso, eu não sou passível de grampo - a não ser que o Supremo Tribunal da nossa República autorizar. Se não, fere frontalmente a Lei de Segurança Nacional, que protege o presidente.

Finalmente, eu tenho de pedir para vocês uma pequena atenção. Nós temos feito um combate contra o mosquito da dengue, da chikungunya e do zika. Eu peço vocês atenção, os 15 minutos, toda semana, limpando onde tem água parada, prato de vasinho de flor, tampa

de guaraná, tampa de refrigerantes, pneu velho que acumula água, água parada - limpa ou suja, nós não podemos deixar. Por isso, 15 minutos por semana. Ajudem a vocês mesmos, ajudem a nós, ajudem aos 204 milhões deste País a limpar as águas paradas,

Eu gostaria de dizer para vocês o seguinte: nós, 204 [milhões], somos muito mais fortes que esse mosquito. E aqui, vocês estão em uma casa nova. Aqui, no Minha Casa Minha Vida. Essa casa maravilhosa, que vocês vão abrir a porta e entrar, que é de vocês, essa casa vocês não deixem que se acumule água. E, por fim, eu agradeço a todos vocês, pela presença aqui. E nós vamos continuar fazendo o Minha Casa Minha Vida.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-de-unidades-habitacionais-em-feira-de-santana-ba-e-entregas-simultaneas-em-teresina-pi-em-itabuna-ba-em-ananindeua-pa-em-itapeva-sp-e-em-susano-sp-residencial-viver-alto) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-de-unidades-habitacionais-em-feira-de-santana-ba-e-entregas-simultaneas-em-teresina-pi-em-itabuna-ba-em-ananindeua-pa-em-itapeva-sp-e-em-susano-sp-residencial-viver-alto>) (29min57s) da presidenta Dilma.

22-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia - Brasília/DF

Brasília-DF, 22 de março de 2016

Eu, tendo consideração pelo estômago de vocês e pela fome - Flávio Dino acabou de me dizer que é um direito inalienável, o direito à alimentação - eu vou cumprimentar, aqui, os representantes das entidades que entregaram seus manifestos de forma geral.

Vou cumprimentar, também, os ministros de Estado aqui presentes também de forma geral.

Vou cumprimentar os chefes, os senhores e as senhoras chefes de delegações acreditados junto ao meu governo, chefes de missão diplomática,

Cumprimentarei aqui, um advogado e, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os advogados. Cumprimento, aqui, o Álvaro Costa, ex-advogado-geral da União aqui presente,

Cumprimento, também, o governador Flávio Dino, do Maranhão,

Os deputados federais presentes,

Todos que fizeram uso da palavra, não só cumprimento como agradeço toda a manifestação de solidariedade, mas, sobretudo, toda a análise clara, toda a precisão na qualificação do que acontece no Brasil. Compreender é ser capaz de lutar de uma forma muito mais efetiva e compromissada.

Quero cumprimentar, também, aqui, os senhores e as senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Primeiro, eu queria dizer que eu recebo, com muita satisfação e honra, os manifestos assinados por juristas, por advogados, por professores, por membros do Ministério Público, por defensores públicos, por estudantes, enfim, por todos aqueles que militam nessa ampla área, que é a área do direito, da verdade e da justiça do nosso país.

Esse ato demonstra algo muito importante para todos nós e para nossa sociedade: o grande compromisso na defesa do Estado democrático de direito que está disseminado pelo País, em todos os estados da Federação. Me alegra muito compartilhar esse momento com cidadãos e cidadãs que têm plena consciência dos riscos de uma ruptura democrática, da monumental perda das árduas conquistas democráticas e sociais obtidas nos últimos anos.

Eu dirijo-me a vocês com a consciência tranquila de não ter cometido qualquer ato ilícito, qualquer irregularidade que leve a caracterizar crime de responsabilidade.

Dirijo-me a vocês, com a segurança de ter atuado, desde o início de meu primeiro mandato, para combater de forma enérgica, de forma continuada, a corrupção que sempre afligiu o Brasil.

Dirijo-me a vocês com a certeza de ter desenvolvido e buscado assegurar que a inclusão social conquistada nos últimos anos seja mantida, garantida e expandida.

Uma frase caracterizou o meu governo e vem caracterizando até hoje: o fim da miséria é só um começo. Um começo de reivindicações, de novos direitos e de novos avanços.

Eu denuncio aqui, por conta disso, a estratégia do “quanto pior melhor”, que parte das oposições assumiu desde o início do meu segundo mandato, inconformada com os resultados das urnas. Essa estratégia do “quanto pior melhor” ela vem sendo uma ação sistemática, anti-republicana e antidemocrática que se manifesta e se manifestou em pautas-bomba e na busca de motivos falsos e inconsistentes para tirar o mandato a mim outorgado pelo povo brasileiro.

Eu queria, aqui, registrar o imenso respeito e admiração que eu tenho por Leonel Brizola, protagonista de inúmeras passagens decisivas na nossa história, em especial a luta e a campanha pela legalidade. Eu jamais imaginei que voltaríamos a viver um momento em que se fizesse necessário mobilizar a sociedade em torno de uma nova campanha da legalidade, como estamos fazendo hoje, neste encontro.

Eu imaginei - e continuo imaginando e lutando por isso -, que teríamos que gastar as nossas forças e energias para garantir que esse País continuasse incluindo e desenvolvendo as oportunidades para milhões das pessoas excluídas. Mas, novamente ser necessário mobilizar a sociedade em torno de uma nova campanha pela legalidade, de fato, eu jamais imaginei depois do fim da ditadura.

Eu preferia não viver este momento. Mas, que fique claro, me sobram energia, disposição e respeito à democracia para fazer o enfrentamento necessário à conjuração que ameaça a normalidade constitucional e a estabilidade democrática do País.

Essa conjuração que ameaça a normalidade constitucional e a estabilidade democrática no Brasil tem vários segmentos: uma das ameaças vem do processo de impeachment em curso no Congresso Nacional contra o mandato que me foi conferido pela população brasileira. Todos aqui sabemos que nossa Constituição prevê o impeachment como instrumento para afastar um presidente, desde que haja crime de responsabilidade claramente demonstrado. Alguns querem tratar a questão como se vivêssemos no regime parlamentarista, onde a suspeição política de um presidente é condição necessária e suficiente para que ele seja afastado. Mas o voto no regime parlamentarista não é majoritário; ele não leva às urnas, no caso do Brasil, milhões e milhões de brasileiros. Nós estamos em um regime presidencialista, e o impeachment só pode se dar por crime de responsabilidade claramente demonstrado. Na ausência de crime de responsabilidade comprovado, com provas inquestionáveis, o afastamento torna-se, ele próprio, um crime contra a democracia.

E, repito, este é o caso do processo de impeachment em curso contra meu mandato, devido à ausência de base legal. Não cometi nenhum crime previsto na Constituição e nas leis para justificar a interrupção de meu mandato. Condenar alguém por um crime que não praticou é a maior violência que se pode cometer contra qualquer pessoa. É uma injustiça brutal. É uma ilegalidade. Já fui vítima desta injustiça uma vez, durante a ditadura, e lutarei para não ser vítima de novo, em plena democracia.

Neste caso, não cabem meias palavras: o que está em curso é um golpe contra a democracia. Eu jamais renunciarei. Aqueles que pedem a minha renúncia mostram a fragilidade da sua convicção sobre o processo de impeachment. Porque, sobretudo, tentam ocultar justamente esse golpe contra a democracia. E eu posso assegurar a vocês que eu não compactuarei com isso. Por isso, não renuncio em hipótese alguma.

Pode-se descrever um golpe de Estado com muitos nomes, mas ele sempre será o que é: a ruptura da legalidade, atentado à democracia. Não importa se a arma do golpe é um fuzil, uma vingança ou a vontade política de alguns de chegar mais rápido ao poder. Esse tipo de sinônimo, esse tipo de uso inadequado de palavras é o mesmo que usavam contra nós na época da ditadura para dizer que não existia preso político, não existiam presos políticos no Brasil, quando a gente vivia dentro das cadeias espalhadas por esse País afora. Negar a realidade não me surpreende, por isso, o nome é um só: é golpe.

Por isso, senhoras e senhores, o malhete é utilizado pelos juízes para exigir atenção e estabelecer a ordem. Neste momento eu espero ouvir o som do martelo da Justiça sendo batido por juízes, magistrados e ministros sensatos, serenos e imparciais. Executores da Justiça que acordem o nosso País para a necessidade de que, combatendo a corrupção, tão necessária de ser combatida, sejam, ao mesmo tempo, respeitados os direitos fundamentais de todos os cidadãos. Conquista civilizatória sim, como a presunção da inocência e o amplo direito de defesa.

Em uma democracia constitucional todos nós estamos sujeitos às mesmas leis, todos, sem exceção, devemos ter nossos direitos individuais respeitados. Respeito que deve vir de todos – dos que governam, dos que legislam e, sobretudo, daqueles cuja função é zelar pela aplicação das leis e pela garantia dos direitos.

A democracia é afrontada e ameaçada quando um encarregado de executar a Justiça opta por descumprir as leis e a Constituição. Um executor da Justiça não pode assumir como meta condenar adversários ao invés de fazer Justiça. Condenar adversários, ao invés de fazer justiça é mais do que um crime - como diziam uns -; é um erro; não pode, também, abdicar da imparcialidade. É ela que garante que todos somos iguais perante a lei; não pode se transformar em militante partidário; pode ter suas convicções, mas essas convicções partidárias não podem iluminar suas decisões.

A Justiça brasileira fica enfraquecida e a Constituição é rasgada quando são gravados diálogos da presidenta da República sem a devida, necessária e imprescindível autorização do Supremo Tribunal Federal - gravados e divulgados - em uma evidente violação da segurança nacional.

A Justiça brasileira fica enfraquecida quando são divulgadas, ao arrepio da lei, gravações que não dizem respeito ao objeto da investigação - ou das investigações -, e que maculam a imagem de pessoas e invadem a privacidade de cidadãos e cidadãs. Nenhum brasileiro, nenhuma brasileira pode aceitar e concordar com isso sob nenhuma hipótese ou justificativa.

A Justiça brasileira fica muito enfraquecida quando são violadas as prerrogativas dos advogados, ferindo o direito de defesa e o papel do advogado em qualquer processo de litígio.

Quando tudo isso acontece fica nítida a tentativa de ultrapassar o limite estabelecido pelo Estado democrático de direito, a tentativa de cruzar a fronteira, fronteira que é tão cara para nós que a construímos e lutamos por ela; fronteira que separa o Estado democrático de direito do Estado de exceção. Seja esse Estado de exceção ditadura militar, regime policial ou autoritarismo disfarçado.

Confio que a Suprema Corte e as demais instâncias da Justiça de nosso País saberão garantir, com imparcialidade, com serenidade e com sabedoria, todos os direitos e garantias que asseguram os princípios do Estado democrático de direito.

Sei que as instituições do Brasil hoje estão muito maduras; sei que temos condições de superar esse momento. Mas sei, também, que há uma ruptura institucional sendo forjada nos baixos porões da baixa política, que precisa ser combatida.

Por isso, agradeço a vocês juristas, advogados, professores de direito, a todos que militam nessa área, a todos que trabalham pela Justiça, além dos cidadãos deste País, por defender a normalidade democrática e a Constituição.

Juntos, tenho certeza, que iremos defender as instituições das ameaças que estão sofrendo. Juntos vamos fazer esse Brasil, tão querido, avançar. Queremos muito para o Brasil, por isso estamos aqui. Queremos crescimento, que gera riqueza e empregos. Queremos inclusão social, que consolida e amplia direitos. Queremos tolerância, que viabiliza a convivência na diversidade. Diversidade tão importante para nossa cultura. Tolerância, tolerância e tolerância. Queremos diálogo e queremos paz.

Tudo isso somente será possível se preservarmos nossa democracia, fundamento do Brasil melhor, mais justo, que nós todos sonhamos. Sejam, pois, firmes na defesa da legalidade, na defesa da Constituição e do Estado de direito; na defesa das conquistas que o povo

brasileiro conseguiu nos últimos anos do nosso País. Por isso, tenho certeza: não vai ter golpe.

Muito obrigada.

¶
Oiça a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-juristas-pela-legalidade-e-em-defesa-da-democracia-brasilia-df-20min50s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-juristas-pela-legalidade-e-em-defesa-da-democracia-brasilia-df-20min50s>)(20min50s) da Presidenta Dilma

23-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do eixo de desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa do Plano Nacional de Enfrentamento ao Aedes e à Microcefalia

Palácio do Planalto/DF, 23 de março de 2016

Bom dia, bom dia,

Queria cumprimentar, aqui, os ministros Celso Pansera, da Ciência e Tecnologia; o ministro Marcelo Castro, da Saúde; o ministro Aloizio Mercadante, da Educação; a ministra substituta da chefia da Casa Civil, a Eva Chiavon; a Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o embaixador Mauro Vieira, das Relações Exteriores; a Nilma Lino Gomes, das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Luiz Navarro de Brito, da Controladoria-Geral da União; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário; Carlos Vieira, interino da Integração Nacional,

Cumprimentar as senhoras e os senhores chefes de Missão Diplomática acreditados junto ao meu governo,

Cumprimentar a vice-governadora do Acre, a Nazareth Araújo Lambert,

Cumprimentar o senador Wellington Fagundes; em nome dele, cumprimento os demais aqui presentes,

Os deputados federais Saraiva Felipe e Assis Carvalho,

Cumprimento o professor Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

O presidente da Finep, Inovação e Pesquisa, Wanderley de Souza,

O almirante-de-esquadra Ademir Sobrinho, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas,

O general-de-exército Adriano Pereira Júnior, secretário nacional da Defesa Civil,

O general Marco Antônio Amaro, chefe da Casa Militar,

O secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio José Ferreira,

Cumprimento os dirigentes de instituições e fundações: Jorge Kalil, do Instituto Butantan; Luís Roberto Liza Curi, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); o Paulo Gadelha, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); o Pedro Fernando da Costa Vasconcelos, do Instituto Evandro Chagas; o presidente nacional da Anvisa, Jarbas Barbosa da Silva Júnior; o presidente do CNPq, Hernan Chaimovich; o presidente da Capes, Carlos Nobre; o presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Newton Lima; o secretário executivo do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, Jurandir Frutuoso; o secretário executivo do Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde,

José Enio Duarte; a secretária executiva da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Vivian Ka Melcop; o representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Júlio Gregório Filho,

Cumprimento as senhoras e os senhores reitores, acadêmicos, senhores pesquisadores,

Cumprimento as senhoras e os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Em abril de 2015, nós, aqui, no Brasil identificamos os primeiros casos de contaminação pelo vírus zika. Há cinco meses, a ocorrência de um padrão diferenciado de incidência de microcefalia no Nordeste levou à associação entre esta doença - a microcefalia - e o vírus zika.

Em um período de tempo, se nós considerarmos bastante curto, o Brasil e o mundo se viram diante de um problema de imensa gravidade, que levou, inclusive, a Organização Mundial de Saúde a decretar Emergência de Saúde de Importância Internacional. Nós já tínhamos feito isso anteriormente. Tínhamos decretado Emergência de Saúde de Importância Nacional.

Por isso, é importante destacar que, desde o final do ano passado, nós todos estamos agindo para diminuir a presença do *Aedes aegypti* e a possibilidade de pessoas contraírem essas doenças por ele transmitida: zika, chikungunya e dengue.

Fizemos campanhas de mobilização, com a participação decisiva das Forças Armadas, de toda a estrutura educacional e temos uma ação intensa, ainda em curso em todo o Brasil, e essa ação tem por base uma parceria federativa muito forte entre os governos estaduais e os governos municipais. Empresas privadas também participam dessa campanha, verdadeira campanha, que consiste fundamentalmente em eliminar os criadouros dos mosquitos *Aedes aegypti*.

Nós estamos ampliando e aprimorando, também, o atendimento para as crianças e as famílias atingidas pela microcefalia. Nós reorganizamos protocolos de atendimento, adotamos uma estratégia de busca ativa das crianças atingidas para garantir a essas crianças acesso a serviços de atenção à saúde e estamos, também, investindo no fortalecimento e na ampliação da rede de atenção especializada à saúde. Temos, também, trabalhado para tornar cada vez mais rápido o acesso a essas famílias ao Benefício da Prestação Continuada.

Hoje, estamos aqui dentro de um outro esforço grande no combate ao vírus da zika. Este é um desafio muito importante; é um desafio, não só do Brasil, mas também de toda a comunidade internacional, que é pesquisa e desenvolvimento e inovação para assegurar que esse combate se dê em todos os níveis. Nós sabemos que a transmissão do vírus zika se dá pela picada do mosquito *Aedes aegypti*, mas o restante do nosso conhecimento sobre o vírus e sua relação com a microcefalia e com outros agravos ainda está aquém do necessário para que possamos proteger, com eficácia, a saúde da nossa população e da população de todo o mundo.

Estamos, todos nós, correndo contra o tempo para conhecer melhor esse vírus, que se espalhou com uma velocidade surpreendente e extraordinária, verdadeiramente uma velocidade espantosa pelo mundo. Nós precisamos saber que medidas são mais efetivas para evitar que o feto de uma gestante desenvolva microcefalia; quais as razões para que algumas pessoas terem formas mais graves de doença transmitida pelo *Aedes aegypti*, no caso, pelo vírus zika, e o que fazer para evitar estes agravos. Precisamos, também, de novos métodos para combater o mosquito transmissor da doença.

Por isso, os investimentos que estamos anunciando hoje são de extrema importância. O nosso objetivo é avançar no conhecimento sobre o vírus zika, na oferta de diagnósticos, na oferta de vacinas e na oferta de medicamentos. Diagnóstico, vacina e medicamentos.

Nós vamos Investir R\$ 649 milhões em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, sendo 93% deste total aplicado até o final do meu mandato, em 2018. Haverá, também, um montante de R\$ 550 milhões de reais em crédito da Finep e do BNDES para financiar a geração, a adoção e a comercialização de novas tecnologias. Esses recursos, somando orçamento e os recursos derivados dos empréstimos, nós chegamos ao montante de quase R\$ 1,2 bilhão.

Nós temos vários objetivos simultâneos: queremos aprimorar os testes para diagnóstico, tornando mais rápida a identificação do causador do agravo – se zika, se chikungunya ou se dengue – e a adoção de medidas de atenção aos que forem contaminados. Cabe destacar que a Fiocruz já está trabalhando no desenvolvimento do teste de identificação dos três vírus, o que acelerará o diagnóstico e diminuirá seu custo para o SUS. Aqui, eu gostaria de testemunhar: eu estive visitando a Fiocruz e estive em Bio-Manguinhos, e fiz o teste, em estágio ainda experimental, que se trata de furar o dedo e este furo, assim como se faz em exames de diabetes, ele é colocado em um recipientezinho com aparência tecnológica - não é, Gadelha? - e aí se dá, em poucos minutos, se você teve o vírus e se você tem o vírus, dá as duas informações. É um teste rápido, efetivo e agora vai ter que ser certificado. Não teve nenhum problema eu fazer o teste do zika, porque o único efeito é uma agulhinha furar o dedo, mais nada.

Estamos investindo, também, em tecnologia para controlar o mosquito *Aedes*, além do diagnóstico. Aliás, é bom destacar que, quando estive aqui a professora Margareth Chan, que é a diretora-geral da Organização Mundial de Saúde, ela destacou, de forma extremamente enfática, a necessidade de nós termos sistemas de diagnóstico próprios, como uma forma de assegurar, também, que o resto do mundo tivesse acesso de forma barata a esses sistemas de diagnóstico. Cruciais, tanto para se detectar que alguém está com vírus quanto também para garantir elementos para estudo.

Bom, mas continuando, nós também, além desses sistemas de diagnóstico, estamos investindo em tecnologias para controlar o mosquito *Aedes*, e vamos intensificar essas pesquisas. Nós apoiamos todas as estratégias, desde o mosquito estéril, por radiação, até os modificados geneticamente ou pela bactéria *Wolbachia*. Tanto geneticamente modificados, quanto aqueles que são contaminados pela bactéria *Wolbachia*, e o objetivo é fundamentalmente torná-los estéreis, impedir que eles se reproduzam. Assim, o resultado que queremos – menor incidência do *Aedes* – poderá ser alcançado com maior velocidade e eficácia.

Mas sabemos que isso não basta, por isso é estratégico para o País e para o mundo estimular fortemente os estudos e as pesquisas sobre o vírus zika. Por décadas, este vírus permaneceu fora do raio de interesse da comunidade científica internacional e agora precisamos, com urgência, todos nós, conhecê-lo melhor, identificar as doenças por ele causadas e as consequências das infecções. Nesta direção, como foi dito já, iniciamos uma parceria entre o Ministério da Saúde, o governo da Paraíba e o Departamento de Saúde e Serviço Social dos Estados Unidos, cujas primeiras atividades de pesquisa de campo já estão em curso.

Estamos investindo e investiremos ainda mais no desenvolvimento de vacinas, de soro e anticorpos específicos para dengue e zika. Estamos muito esperançosos em relação aos resultados da fase de testes clínicos em humanos, a chamada fase três, da vacina contra dengue que está sendo desenvolvida pelo Butantan, com apoio do governo federal.

Há, ainda, a expectativa de termos uma vacina pentavalente, que vale, portanto, para os três tipos: da dengue, a zika e a chikungunya. Eficaz, portanto - aliás, falei errado - vale para as quatro variedades da dengue e pode, para virar a pentavalente, também ser usada para a zika; a chikungunya, infelizmente não. Um dia chegaremos na septavalente [heptavalente] - aí não, seria na sêxtuplavalente [hexavalente], ou heptavalente, sei lá. Este salto tecnológico está sendo perseguido - ali está muito feliz o Kalil, pelas contribuições inequívocas dadas pelo governo federal para essa pesquisa. E eu destaco essa parceria do Butantan com o Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos.

Uma outra área, uma outra frente, eu diria melhor que uma outra área, é a desenvolvida pelo Instituto Evandro Chagas e a Universidade do Texas, nos Estados Unidos; e essa parceria busca uma vacina contra o zika. Também, neste caso, com nosso apoio total e nosso aporte integral de recursos.

Nossos institutos de pesquisa e nossos pesquisadores - aqui eu quero reconhecer a importância dos nossos pesquisadores e de sua enorme competência para produzir conhecimento e tecnologia sobre o vírus zika, sua associação com a microcefalia e os

demais agravos a eles associados. Aliás, é algo que nos orgulha muito: perceber o quanto é reconhecida a competência dos pesquisadores brasileiros pelos órgãos internacionais de pesquisa nesta área. As pesquisas e os trabalhos pioneiros produzidos e publicados em ritmo acelerado - e com qualidade inquestionável - colocam o Brasil no centro das atenções da comunidade científica internacional.

E eu quero cumprimentar a comunidade brasileira na área de Saúde pela rápida reação, em um momento crítico da saúde pública no nosso País. Cabe-nos, agora, dar todas as condições, mesmo nessa etapa de dificuldades fiscais, para que esse trabalho se coloque em novos patamares. Como eu disse antes, nós temos o compromisso de não deixar faltar recursos para essas pesquisas.

Queria também dizer que nós estamos trabalhando em todas as áreas. Queria destacar, aqui, a área de Educação, conduzida pelo Ministério da Educação. Porque a mobilização dos estudantes, tanto das séries finais do ensino fundamental, como do ensino médio, ela inequivocamente é uma forma de mobilizarmos a sociedade. Daí queria antecipar, aqui, que o MEC estará, juntamente com o secretário de educação, promovendo uma grande mobilização no sentido de levar os pais das crianças e dos jovens a se envolverem nesse combate. Até porque nós todos sabemos que, enquanto não temos a vacina, é fundamental que a gente extermine os criadouros, porque ao acabar com os criadouros, nós exterminaremos o mosquito. E aí eu reitero aquele pedido que nós viemos fazendo, de 15 minutos por semana. Fazer a vistoria na sua própria casa, eliminar os criadouros, até porque também os dados apontam em um sentido que $\frac{2}{3}$ dos criadouros estão dentro das residências, das nossas casas, dos nossos parentes, dos nossos vizinhos. Então, eliminar os criadouros é eliminar a possibilidade de uma criancinha brasileira nascer com microcefalia. Enquanto não temos a vacina essa é a única forma de combatermos esse mosquito. Apenas 15 minutos por semana e vamos mostrar que um mosquito não é mais forte que um País inteiro.

Muito obrigada.

23-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção da lei que dispõe sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel - Palácio do Planalto

Palácio do Planalto, 23 de março de 2016

Boa tarde. Eu queria cumprimentar o ministro Eduardo Braga, de Minas e Energia; Armando Monteiro, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário. Cumprimentar o Miguel Rossetto, do Trabalho e Previdência Social. Cumprimentar o ministro Jaques Wagner.

Querida, também, cumprimentar o senador Donizeti Nogueira, porque ele foi o relator desse processo que eu acabo de sancionar, desse projeto, aliás.

Querida cumprimentar os deputados Sílvio Costa, vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, e João Daniel.

Querida cumprimentar a diretora da ANP, que é a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Querida, também, cumprimentar o general-de-divisão Marco Antônio Amaro, chefe da Casa Militar,

Cumprimentar os representantes de entidades do setor de biodiesel e óleos vegetais: Erasmo Carlos Batistela, presidente da Associação dos produtores de Biodiesel do Brasil; Irineu Boff, vice-presidente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio); Fábio Trigueirinho, diretor executivo da Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais; Pedro Granja, presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel.

Querida cumprimentar o presidente da Anfavea, Luiz Moan,

Querida cumprimentar Jorge Luiz de Oliveira, diretor do Sindicato das Empresas de Distribuição de Combustíveis (Sindicom),

Meu caro Antoninho Rovaris, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em nome de quem eu cumprimento todos os representantes de movimentos sociais aqui presentes.

Senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Há 12 anos, nós lançamos o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Na verdade, nós buscávamos estimular o desenvolvimento de um novo combustível no Brasil, e esse combustível seria um biocombustível. A partir da exitosa experiência que o Brasil tinha na área de etanol, nós queríamos introduzir no Brasil um combustível que era bastante usado em algumas partes do mundo, em especial, naquela época, na Alemanha, que era o grande produtor de biodiesel.

Nós começamos, naquela época, procurando alternativas na agricultura para o que seria a produção de biodiesel. Com o quê? Qual era a matéria-prima que nós adotaríamos e utilizaríamos para produzir biodiesel? Começamos olhando a mamona, olhamos o pinhão-mansão, olhamos, também, a palma. Em cada uma delas, e eu quero dizer para os senhores que eu não estou falando de ouvir dizer. Nesta época eu participava inteiramente, de forma integral dessa busca de uma rota de produção do biodiesel. E, nesse processo, a realidade foi se impondo, e a produção de biodiesel com base na soja se tornou progressivamente a opção real e efetiva, em que pese nós termos conseguido implantar experiências específicas, tanto na área da mamona como do pinhão-mansão e mesmo também da palma.

Desde então, desde aquela época para cá, o Brasil se tornou o segundo maior mercado consumidor de biodiesel do mundo, e a nossa capacidade instalada atingiu 7,26 milhões metros cúbicos por ano. Eu lembro, quando nós chegamos ao primeiro um milhão, como nós comemoramos. Hoje, há 50 usinas aptas a operar comercialmente em todas as regiões do país.

Eu quero dizer que eu concordo com essa questão colocada aqui pelo nosso companheiro Antoninho. Acho que é um grande desafio para nós, ao mesmo tempo que nós expandimos a produção, nós conseguimos, também, uma ampliação dos agricultores familiares que produzam para o biodiesel ou em forma individual ou em cooperativa. Esse é um grande desafio. Agora, dificilmente nós, se formos realistas, vamos considerar a hipótese de sair da rota da soja. Por um motivo muito simples: pela imensa adequação que existe entre a produção do grão de soja e a utilização dos rejeitos para a produção do biodiesel, tornando extremamente mais competitiva a produção de biodiesel em relação... com base na soja, em relação às outras produções. Mas eu acho que esse é um objetivo, o objetivo de usar esse programa, também, como um mecanismo forte de inclusão social e aumento de renda.

A sanção dessa lei, hoje, tem um objetivo importante. Ela eleva o percentual de biodiesel misturado no óleo diesel. E essa é uma lei importante, que contou com a colaboração do Congresso Nacional, tenho certeza, de todos os setores interessados na produção de biodiesel. Então, em 12 meses, a partir de hoje, em março de [20]17, a adição obrigatória de biodiesel no diesel será de 8%. Esse percentual será elevado para 9% e 10% a cada 12 meses subsequentes, portanto, em março de [20]18, 9[%], e em março de [20]19, 10[%]. Ademais, além disso, em 36 meses nós vamos realizar testes e ensaios em motores. A partir desses ensaios, dos seus resultados, o Conselho Nacional de Política Energética, órgão de assessoramento da Presidência da República, pode elevar o percentual de adição para 15%, adotando, aqui no Brasil, o B-15.

Será, sem dúvida, algo e um momento muito importante. Por quê? Colocar essa meta é colocar, para nós, um desafio possível. Difícil foi fazer o B-1, o B-2 e o B-3. Fazer o B-15, agora, eu tenho certeza, com os senhores já inteiramente em condições, com experiência acumulada, enfim, com uma organização empresarial, uma organização social, com a presença da agricultura familiar, eu tenho certeza que será mais fácil esse processo de passar do B-7 para o B-15. E, como disse um dos que me antecederam, isso significa uma coisa importante para o setor, significa previsibilidade.

Agora, eu acho importantíssimo que essa capacidade seja em escada, porque isso vai garantir algo que é fundamental no setor de energia, que é, também, a garantia de fornecimento. E aqui nós temos a Magda Chambriard, que é responsável pela garantia do abastecimento. Esse é um setor que até hoje não faltou ao Brasil quando se trata de garantia de fornecimento.

Então, nesse período as empresas automotivas vão poder implementar os aprimoramentos nos motores, vão poder, também, melhorar toda a estrutura de distribuição para viabilizar essa entrega. Além disso, eu acho que é muito importante o fato de que foi criado um mecanismo assemelhado ao disponível para o etanol. A possibilidade, sempre que for econômico e viável, que as distribuidoras possam fazer uma composição entre o biodiesel e o óleo diesel buscando o melhor preço para o consumidor, que é algo que eu acho que foi um grande avanço.

Por último, eu queria destacar que essa lei abre claramente a possibilidade de que nós tenhamos um desempenho, eu acredito, muito expressivo quando se trata da questão do clima e da mudança do clima. Nós assumimos metas na COP21. Essas metas que nós assumimos na COP21, elas são extremamente claras, e todo mundo sabe que o maior desafio não é tanto... primeiro, é na área de energia, é muito mais o desafio do mundo para cumprir as metas e os objetivos quanto à questão do meio ambiente, e, portanto, à mudança do clima, o mais difícil está na área de energia, e a área de combustíveis é o grande desafio. Nós conseguindo B-15 nessa área, nós estaremos dando uma demonstração que o País consegue atingir as suas metas mais ainda do que se esperava. E, ao mesmo tempo, nós mostramos que na área mais difícil, que é a área do combustível, nós somos capazes também de ter uma participação muito efetiva e muito significativa, além do etanol, que é com a gasolina, na área do diesel com o biodiesel. Então, tenho certeza que isso será algo muito significativo.

Eu tenho também, quero dizer aqui, eu sei que muitos lugares do Brasil - eu estou vendo aqui o frei Sérgio -, sei que em muitos lugares do Brasil a agricultura familiar conseguiu um padrão de produção de biodiesel de grande qualidade. E isso é um exemplo do que é possível fazer nesse setor. Principalmente a industrialização é um estímulo, a industrialização da nossa produção agrícola, com o aumento do valor agregado que, como eu disse, no caso da soja, a matéria-prima responde por 77% da produção do biodiesel.

Bom, finalmente, eu quero dizer que todos nós ganhamos com isso. Ganha a agricultura familiar, ganha a agricultura comercial, ganham as indústrias produtoras, as usinas produtoras de biodiesel, ganha o consumidor no Brasil e ganha o meio ambiente. Ao ganhar o meio ambiente, ganha toda a população brasileira. E espero que nessa flexibilidade de combinação, nós tenhamos, também, preços mais baratos para o combustível.

Por isso, queria dar os parabéns para todos os agentes nessa área. Os parabéns e agradecer o Congresso Nacional, que foi responsável pela aprovação da lei.

Muito obrigada.

Ouça a íntegra (13min28s) do discurso
(<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-da-lei-que-dispoe-sobre-os-percentuais-de-adicao-de-biodiesel-ao-oleo-diesel-palacio-do-planalto-13min28s>), da Presidenta Dilma Rousseff

30-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida 3

Palácio do Planalto-DF, 30 de março de 2016

Boa tarde.

Eu queria iniciar cumprimentando aqui toda essa militância e liderança dos movimentos sociais,

Cumprimento também os ministros Gilberto Kassab, das Cidades; Nelson Barbosa, da Fazenda; Valdir Simão, do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Jaques Wagner, do Gabinete Pessoal. Em nome deles cumprimento todos os ministros aqui presentes.

Cumprimento e agradeço a presença do governador Flávio Dino, do Maranhão, do governador Camilo Santana, do Ceará, do governador Wellington Dias, do Piauí,

Cumprimento os senadores: Jose Pimentel, líder do governo no Congresso Nacional, Humberto Costa, líder do governo no Senado, Angela Portela, Benedito de Lira, Donizeti Nogueira, Douglas Cintra, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Regina Sousa, Telmário Mota, Wellington Fagundes,

Cumprimento os deputados federais aqui presentes, cumprimentando o José Guimarães, líder do governo na Câmara dos Deputados,

Cumprimento aqui, também os Secretários Especiais presentes, o presidente do Banco do Brasil, Alexandre Abreu, a presidente da Caixa, Miriam Belchior, os prefeitos: Alcides Bernal, de Campo Grande, Clécio Luís, de Macapá, Dinair Isaac, prefeita de Capinópolis, por intermédio deles cumprimento os prefeitos e as prefeitas presentes;

Cumprimento a Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação,

Cumprimento o general de divisão Marco Antônio Amado, chefe da Casa Militar,

Cumprimento Zé Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção,

Queria dirigir um cumprimento especial a todos os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, é para eles e por eles que estamos aqui. E aí eu cumprimento com um grande abraço a Cleide Soares, beneficiária do Minha Casa Minha Vida,

Cumprimento os representantes dos movimentos sociais: Bartéria Costa, presidente da Conan; o Guilherme Boulos, presidente do MTST; Elvio Motta, coordenador de política de habitação da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetra); Eduardo Cardoso, coordenador da CNP; a Evaniza Rodrigues, da União Nacional por Moradia Popular; Miguel Lobato, coordenador Nacional da Luta pela Moradia; Éliton Bernado, coordenador do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas; Alexandre Conceição, do MST; Claudemir da Silva Novaes, da FNL; Evandro Necelo, do MAB; José Arnaldo Brito, da Contag; Libanilson Braga de Oliveira, do MLT. Em nome deles eu cumprimento todos os homens e mulheres dos movimentos sociais, que estão aqui participando dessa cerimônia.

Cumprimento todos os senhores e as senhoras, representantes do setor de construção civil,
Cumprimento os senhores jornalistas, senhores fotógrafos, senhores cinegrafistas.

Meus amigos e minhas amigas, o Brasil foi descoberto há 516 anos, tornou-se independente há 193 anos e a República foi instalada há 126 anos.

Em todo este tempo, todo esse tempo, sabem quantos governos foram capazes de implementar um programa habitacional que garantisse a milhões de brasileiras e brasileiros a realização do sonho da casa própria? Milhões de brasileiros e brasileiras pobres desse País.

A resposta é simples, ele já deu: somente dois governos – o governo do Presidente Lula e o meu governo. E porque isso? A explicação é simples, a explicação é muito simples, por conta do Programa Minha Casa Minha Vida.

Os números o Programa Minha Casa Minha Vida são grandiosos. Desde o lançamento, nós lançamos o programa para enfrentar a crise em 2009, de um lado e de outro, pela absoluta consciência de que no Brasil a questão da casa própria era uma das questões mais importantes das reivindicações dos movimentos sociais.

Por esses dois motivos, nós lançamos esse programa. Até agora os números são muito importantes, por isso, vocês me permitam falar de números que é uma coisa que tem hora que fica muito chata, mas nesse caso eles são um exemplo do que é um programa bem sucedido para um País da nossa dimensão. Qual é o desafio? E que não dá para fazer programa piloto, fazer um programa pequeno. Tinha de fazer um programa das dimensões da necessidade do Brasil.

Por isso, esses 4,2 milhões de casas contratadas, elas significam um imenso esforço, imenso esforço que nós temos que reconhecer, feito por meu governo e o governo do presidente Lula. Mas também feito em parceria com os empresários. E aí, além dos empresários tem uma tecnologia social que surgiu ao longo do processo com os movimentos sociais, o chamado Minha Casa Minha Vida Entidades.

Assim como o Bolsa Família tem tecnologia, a tecnologia do cartão, a tecnologia de não deixar que a pessoa que recebe o recurso do Bolsa Família tenha uma relação clientelista com quem paga. É o Estado brasileiro, através da Caixa, que paga através de um cartão pessoal, porque é direito do cidadão e da cidadã receber o Bolsa Família.

Assim também, o Programa Minha Casa Minha Vida, foi criando tecnologia. Uma das tecnologias é o fato de que nós fazemos de forma de sorteio, criamos impessoalidade. E a outra tecnologia é que nós utilizamos a autoconstrução através dos movimentos sociais, o Minha Casa Minha Vida Entidades. Reconhecer que existem essas duas tecnologias é fundamental para o crescimento do programa. É fundamental.

E aí, eu quero dizer para vocês, que o sucesso do programa do Minha Casa Minha Vida justifica o orgulho que nós temos dele, mas também mostra que nós somos capazes e fomos capazes de construir um programa de habitação que desse conta dos graves problemas que afetavam, e ainda afetam, uma parte da população brasileira que vive em habitações precárias, em área de risco, que não tem um teto para criar sua família. Porque se trata disso, se trata de famílias brasileiras.

E aí, o nosso companheiro aqui falou uma coisa: muitas delas dirigidas por mulheres. E, portanto, a importância do Minha Casa Minha Vida, não só a mulher que tem noção da importância da qualidade da construção, mas é também porque ela é a responsável no nosso País, muitas vezes por criar sozinha seus filhos. Então esse é um programa que tem refletido nele, tem refletido nele a necessidade, mas também uma outra palavrinha, as oportunidades que programas sociais devem dar para as famílias mais pobres.

E aí, faz parte da nossa tecnologia social. O quê que faz parte? Reconhecer que os dinheiros dos tributos são fundamentais para que o povo não pague o pato. Daí a importância dos tributos, de usar tributos para programas sociais.

Daí porque, nós subsidiamos sim. Nós temos orgulho de subsidiar. Por que que temos orgulho de subsidiar? Porque sabemos que a conta do bolso do trabalhador e da trabalhadora brasileira, do morador das áreas rurais desse País, dos quilombolas, dos extrativistas, a conta não fecha, se o governo não for capaz de devolver recursos tributários para garantir isso que é uma questão fundamental, não só de segurança, mas de melhoria das condições de vida.

Quando você tem casa própria, quando você tem casa própria de qualidade, quando você tem famílias morando de forma decente e digna, você tem crianças e jovens criados de forma decente e digna. Você tem um futuro estruturado para o nosso País.

Eu fico muito feliz das melhorias que nós viemos fazendo ao longo de todos os anos, cada vez que a gente revê o programa. Nós começamos ampliando o tamanho das janelas e das portas, assegurando que houvesse cerâmica recobrimo o chão, olhando se a qualidade do acabamento era adequado. Porque dinheiro público para o povo brasileiro não pode resultar em muquifo, tem de resultar em casa decente, de qualidade.

Olhar e ampliar o conforto térmico e acústico, ver como economizar energia e água, garantir calçadas decentes, rotas acessíveis, arborização sim e assegurar que a gente possa sempre buscar, fazer a melhor construção com o menor recurso possível é uma obrigação de todos nós.

Eu quero aqui dizer para vocês que o Minha Casa Minha Vida 3 foi feito com segurança para que a gente garanta, da mesma forma que nós garantimos o Minha Casa Minha Vida 1 e o Minha Casa Minha Vida 2, que a gente garanta que essas construções serão entregues e destinadas para a população mais pobre e serão construção de qualidade.

Eu fico feliz. Eu quero até dizer para você, que eu tenho de fato muito orgulho de ter brigado junto com o presidente Lula. Nós lutamos muito para começar esse programa porque quando nos começamos nós fomos e procuramos o pessoal que construía, os empresários que são importantíssimos nesse programa, importantíssimos, a gente não pode desprezar a contribuição que os empresários deram.

Mas a gente procurou, eles não tinham a experiência de construir naquela época. E quantos que dá para fazer, a gente queria fazer 1 milhão, aí não dava para fazer 1 milhão começou com 100 mil. Aí força um pouquinho, força daqui, força dali e vai para 500 mil. Aí a gente diz só pra fazer se por 1 milhão e fomos para 1 milhão. E o desafio deu certo.

Nós aprendemos a fazer, todos nós, os empresários, as entidades, e as entidades, eu quero dizer, que é uma conquista por que? Se eu olhava, mas da onde as entidades vão ter condições de fazer tudo isso? Ora, as entidades não é que é um ato de vontade do governo, eles provaram para nós que eles sabiam fazer e faziam. Foi assim. Sabe porque que eu estou dizendo isso? Porque vai ter gente, eu conheço, vai ter gente, dizendo: ah tão dando para entidades. Estamos dando sim para entidades porque fazem e fazem direito, fazem bem.

Então, eu quero cumprimentar as entidades rurais e urbanas por terem feito o programa, por terem feito em números, que no início para nós parecia inimagináveis e hoje são uma realidade. Daí porque esse Minha Casa Minha Vida 3 tem uma parte muito importante dirigida para garantir que as entidades realizem o que puderem.

Nós não temos todo o dinheiro do mundo, não temos não, portanto vamos combinar assim quem fizer primeiro ganha mais.

Bom, eu queria dizer que também é importante criar a faixa 1,5, é importante criar a faixa 1,5. A faixa 1,5 beneficia uma parte da nossa população carente pobre que precisa e que tem condições de pagar um pouco mais, que podem pagar um pouco mais. E também queria dizer que é muito importante que nós ampliemos o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para fazer a casa própria popular.

Então, dá onde sai o dinheiro do Minha Casa Minha Vida? Dos impostos e também do Fundo de Garantia. E eu queria com isso chegar a uma conclusão com vocês. Esse foi o jeito de nós governarmos, quando eu digo nós, eu digo projeto que hoje eu represento e que o presidente Lula iniciou em 2003. Que era o que? Colocar no centro.

Eu queria dizer para vocês esse projeto, ele tem este compromisso, esta prioridade: nós temos que atender sim todos 204 milhões de brasileiros, mas dentro dos 204 milhões de brasileiros tem brasileiros que historicamente, secularmente foram desassistidos. Eles, portanto, tem que ter prioridade quando nós olhamos onde gastar o nosso dinheiro.

E aí eu quero fazer a seguinte conclusão. Mesmo diante das dificuldades que nós temos, mesmo diante das dificuldades públicas e notórias pelas quais a economia do Brasil passa é importante que a gente perceba que nós não podemos ajustar a economia para cortar programas sociais.

Nós temos que ajustar a economia para preservar os programas sociais e para assegurar que o Brasil continue a crescer incluindo a população que foi historicamente marginalizada e com a qual que permanece uma grande dívida, um grande passivo, e é esse passivo que o programa social tem de enfrentar.

O programa social enfrenta um passivo histórico deixado por centenas de anos no nosso País, que é encarar este fato: o fato de que há uma desigualdade imensa no nosso País e nós estamos lutando contra ela.

Quero dizer também que nós respeitamos os direitos do povo brasileiro e, ao respeitar os direitos do povo brasileiro, um dos direitos inalienáveis do povo brasileiro é a democracia.

A democracia é um direito que nós conquistamos, não caiu do céu. A democracia do Brasil não caiu do céu. Ela foi conquistada com muito empenho, com grande participação de todos nós. Brasileiros e brasileiras que ao longo dos anos resistimos, metabolizamos e no fim engolimos a ditadura.

Todos nós, a sociedade inteira e essa democracia, ela, por um produto, nosso se manifestou e se expressou na nossa constituição de 1988. A constituição de 1988 tem de ser honrada e digna porque ela reflete isso, ela reflete as nossa lutas. Ela faz parte desse processo, que todos nós botamos lá uma contribuição.

Então, nessa constituição está previsto sim, que nós vivemos em um regime presidencialista. O nosso regime é presidencialista e, portanto, o presidente da República tem que ser eleito através de eleição direta e livre.

Essa eleição, ela tem que representar a maioria do povo brasileiro. Pois bem, isso está previsto na constituição de 1988. Na Constituição de 1988, não está previsto que nós somos um regime parlamentarista. Não está previsto, portanto não existe possibilidade do presidente ser eleito por voto proporcional, só voto majoritário. Portanto, a maioria dos brasileiros. Assim sendo, não existe essa conversa, não gosto do governo e então ele cai. Não existe isso, isso existe no parlamentarismo.

Não gosto do primeiro-ministro e derrubo o gabinete está previsto nas ordenações do parlamentarismo. No caso do presidencialismo está previsto o que? Impeachment está previsto na Constituição. Agora, é absolutamente má fé dizer que por isso todo impeachment está correto. Para o impeachment está correto a Constituição exige que se caracterize crime de responsabilidade, é isso.

Impeachment sem crime de responsabilidade é o que? É golpe.

É essa a questão. Não adianta fingir que nós estamos discutindo em tese um impeachment, nós estamos discutindo um impeachment muito concreto: sem crime de responsabilidade.

Não adianta discutir se o impeachment está ou não previsto na Constituição. Está sim. O que não está previsto é que sem crime de responsabilidade ele é passível de legalidade, legitimidade, não é. E aí o nome é golpe.

Concluindo essa parte, eu queria dizer um seguinte. Além disso, está claro também que um presidente só pode ser julgado pelo que ocorre durante o seu mandato. Podem julgar meu mandato passado, até faço questão disso e também podem julgar a minha vida pregressa, também faço questão disso, mas não podem fazê-lo como álibi para impeachment. O que está em questão no impeachment são as contas de 2015.

Ora ora ora...as contas de 2015 só vão ser apresentadas em abril, não foram se quer julgadas pelo TCU, nem tão pouco pelo Congresso Nacional. Que processo é esse? Que processo é esse? Esse é um processo golpista, e ele é um processo que não compadece com a trajetória democrática do nosso País depois da redemocratização.

Eu tenho certeza que hoje não agridem só a mim simplesmente e nem é só a mim que pretendem atingir. Eu lamento que se crie na sociedade brasileira um crime de intolerância e ódio. Eu acho que isso é imperdoável, porque o Brasil é um País que gosta do diálogo, gosta do convívio. Então ódio, ressentimento, preconceito, é algo que nós tínhamos passado ao largo, apesar do preconceito contra os negros do nosso País.

Que nós temos de enfrentar, esse é o preconceito que nós temos de enfrentar, porque ele vem de uma página muito triste da nossa história.

Tem preconceito contra várias minorias, essa é uma luta cultural e histórica do País. Mas nós não tínhamos aquela capacidade de ver o País dividido entre pessoas por acreditarem em coisas diferentes, nós nunca fomos assim. A gente pode até divergir, a gente pode não gostar, mas nós não somos uma cultura intolerante.

Lamento profundamente aqueles que vem destilando ódio entre brasileiros e brasileiras. Lamento profundamente e acho que isso é grave porque a intolerância é a base da violência. Acreditar que o outro não tem direito ou não merece ser tratado com respeito é a base da violência, isso nós não podemos aceitar no nosso País.

No Brasil o outro não é um estranho é nosso irmão porque é brasileiro. O outro não é algo estranho, é nosso irmão, por quê? Porque é um ser humano como nós e como tal tem que ser respeitado. Aliás, essa é à base da democracia, todos são iguais perante a lei.

Agora, o quê que incomoda muita gente? Incomoda muita gente os 36 milhões que nós tiramos da miséria extrema, os 63 milhões que tiveram acesso à saúde com o Mais Médicos, os 9 milhões de jovens e trabalhadores beneficiados pelo Pronatec, os 4,5 milhões de jovens que entraram nas universidades através do Prouni, do Fies, e da exposição das universidades públicas, e esses 10 milhões de brasileiros que tem moradia própria e digna por causa do Minha Casa Minha Vida.

Por isso, nós temos que estar atento quem não tem razão para tirar um governo que tem sua base pactuada pela Constituição, tem seu fundamento baseado na Constituição, quer tirar o governo para golpear direitos garantidos da população. Se fazem isso contra mim, o que não farão contra o povo?

Quero finalizar dizendo o seguinte. Muitos querem retirar os subsídios do Minha Casa Minha Vida, retirar os subsídios do Minha Casa Minha Vida inviabiliza esse programa. Esse programa não tem solução de mercado, ele implica necessariamente no uso dos tributos para segurar que milhões de brasileiros e brasileiras têm acesso à casa própria.

Nós temos aí uma divergência séria, nós queremos continuar esse programa. Aqueles que acham que um programa desse pode ser resolvido pura e simplesmente através de mecanismos de mercado, esquecem que há uma diferença de renda fundamental no Brasil e que é nosso papel resolvê-la.

Minha Casa Minha Vida na terceira fase também é um instrumento de recuperação da economia brasileira, é um instrumento de recuperação de emprego, é o caminho que nós vamos seguir. Nós queremos que a economia brasileira retome o seu caminho. Para isso, sem estabilidade política nós não chegaremos lá.

Aqueles que querem interromper um mandato legitimamente eleito, que não seja pelos instrumentos legais vão ser responsáveis por retardar a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos. Nós lutamos por mais direitos, mais inclusão, mais emprego, mais crescimento e mais democracia.

Muito obrigada.



31-03-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia - Brasília/DF

Palácio do Planalto-DF, 31 de março de 2016

Eu queria cumprimentar, aqui, todos os ministros presentes, cumprimentando o Juca Ferreira, da Cultura,

Cumprimentar o ex-ministro Roberto Amaral, da Ciência, Tecnologia e Inovação,

Cumprimentar o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, da Secretaria de Assuntos Estratégicos,

Cumprimentar o nosso querido Luiz Pinguelli Rosa, da COPPE [Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro] e ex-presidente da Eletrobras,

Cumprimentar o senador Lindbergh Farias,

Cumprimentar, aqui, dois deputados federais presentes: o Arnon Bezerra e o Silvio Costa,

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores que fizeram o uso da palavra: a Anna Muylaert, cineasta que nos brindou, possivelmente, com um dos melhores filmes de toda a cinematografia brasileira; o fantástico escritor Raduan Nassar; a nossa atriz que - além de talentosa, é muito bonita -, Letícia Sabatella; o Flávio Renegado, cantor e compositor; queria, também, cumprimentar a mãe do Flávio Renegado.

Cumprimentar a nossa Beth Carvalho, cantora que nos comoveu ao longo de tanto anos.

Cumprimentar esse talentoso diretor de teatro, Aderbal Freire Filho, que nos fez compreender um pouco da cena política brasileira.

Cumprimentar a querida professora Petronilha, que não nos deixa esquecer que um dos pesos que nós, como País, cultura e sociedade carregamos é a escravidão, e, por isso, temos de lutar incessantemente contra o preconceito - mais do que o preconceito -, contra a desigualdade e todo tratamento diferenciado que recai, sobretudo, sobre a juventude negra do nosso país hoje.

Quero cumprimentar o cientista político Leonardo Avritzer. O Leonardo fez para nós, também, uma sintética análise política.

Queria, ainda, cumprimentar aqueles representantes das entidades que me entregaram os seus manifestos,

A nossa Elisa Lucinda, representante dos Escritores e Profissionais do Livro; o Márcio Cruz, do Fórum de Educação Popular, a Tereza Padilha, da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura do Brasil; o Paulo Zocchi, do Sindicato dos Jornalistas do estado de São Paulo; a minha companheira de cadeia, nós estivemos juntas no presídio Tiradentes, a Rose Nogueira, do Grupo Tortura Nunca Mais,

O Tárík Puggina, do Movimento Teatro pela Democracia; a Grazielle Custódio David, do Instituto de Estudos Sócio-econômicos; a Carla Costa Teixeira, da Associação Brasileira de Antropologia; a Eleutéria Amora da Silva, da ABONG [Associação Brasileira de

Organizações Não Governamentais]; a Maria José Braga, da Federação Nacional de Jornalistas; a Leonor Maria Pacheco Santos, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva,

O Rogério de Oliveira Silva, do Conselho Federal de Psicologia; o Big Richard, da Nação Hip Hop do Brasil; o Dênis Maracci Gimenez, da Associação dos Docentes da Unicamp; a Agleídes de Queiroz, do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde; a Daphne Hartner, do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB; a Rebeca Aberes, representando professores e intelectuais; o Eduardo Fagnani, do Fórum 21; a Rita Segatto, da Clacso - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais,

Queria, também, dirigir um cumprimento especial à Cristina Pereira, ao Sérgio Mamberti, ao Osmar Prado, ao Antônio Pitanga, à Tássia Camargo, à Dandara Ferreira, ao Fernando Moraes, ao vovó do Ilé, ao GoG,

Cumprimento, também, e agradeço as mensagens da nossa querida e eterna professora Maria da Conceição Tavares; ao Miguel Nicolelis; ao Danny Glover; e ao Tico Santa Cruz;

Quero, também, agradecer a todos os artistas, a todos os escritores, a todos os professores, a todos os músicos, jornalistas, intelectuais, representantes do meio cultural, artístico e acadêmico aqui presentes. E queria agradecê-los em nome de um grande personagem do nosso País, o Emir Sader.

Agradecer as senhoras, os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas aqui presentes e nos cobrindo.

As minhas primeiras palavras só podem ser de agradecimento pelos manifestos e também pelas declarações feitas e as manifestações feitas aqui, tanto na presença de nós todos, quanto através dos vídeos.

Todos aqui têm distintas filiações partidárias, muitos deles, inclusive, não as têm e outros têm, inclusive, posições contrárias ao governo. Muitos nem mesmo votaram em mim, não integram os 54 milhões que votaram em mim. Isso não tem a menor importância. O que tem importância é que todos votaram nas eleições; todos participaram do processo democrático. É justamente essa participação de todos nós no processo democrático, por meio do voto, que nos une aqui hoje. E isso nos une a despeito da nossa diversidade, das nossas diferenças, de posições políticas, e é algo muito forte, é uma ligação muito forte, porque significa que nós acreditamos na democracia.

Nós todos, aqui, não só acreditamos, mas lutamos por ela. Há 52 anos atrás, nesse exato dia - hoje de manhã, inclusive, eu estava tentando me lembrar aonde eu estava -; nesse exato dia um golpe militar deu início a uma fase da nossa história marcada pelo arbítrio, pelo desrespeito a direitos humanos, a direitos individuais e, durante um período significativo, nós nos dedicamos a uma luta que abrangeu um período longo da nossa história recente. Nós sofremos as consequências dessa luta; muitos dos que se insurgiram foram presos, outros foram torturados, outros foram obrigados a deixar o nosso País, outros, inclusive, foram mortos. Eu vivi esse momento junto com outras pessoas e acredito que, nesse processo, todos nós aprendemos - pelo menos o pessoal da minha geração, eu estou me referindo a esses que mais diretamente participaram da luta -, nós aprendemos o valor da democracia. E nós aprendemos o valor da democracia da pior forma possível, que é de dentro de um presídio vendo as pessoas sofrerem, vendo as pessoas tentarem resistir à imensa força da tortura. E tenta fazer o quê? Fazer com que a pessoa traia aquilo que ela acredita. É isso que a tortura faz. Não é pura e simplesmente a dor; é o que ela procura fazer, quebrando a integridade humana daqueles encarcerados.

Porém, outros tiveram em outros lugares tão difíceis quanto o nosso. Outros lutaram dentro de sindicatos - eu lembro perfeitamente quando a greve era absolutamente ilegal nesse País. Eu assisti parte da greve de [19]68. Assisti, também, a impossibilidade de estudantes se manifestarem; de intelectuais se expressarem; de peças de teatros serem consideradas absolutamente subversivas e não poderem ser levadas ao público; letras serem censuradas. Enfim, nós sabemos porque nós lutamos. Nós lutamos pela democracia e aí nós lutamos por

uma democracia que tinha muita densidade. Nós queríamos uma democracia que fosse capaz de resolver as questões da estabilidade, como disse aqui o nosso cientista político, a estabilidade da economia. Que nos ajudasse a combater a absoluta desigualdade que existia no nosso País. Nós lutamos por isso. Nós lutamos porque sabíamos o nível de abandono e de marginalidade que uma parte imensa da nossa população vivia. Foi isso, foi por isso e para isso que nós lutamos: nós queríamos um Brasil democrático, mais justo, com uma capacidade imensa de combater preconceitos, intolerâncias e visões que querem reduzir o ser humano a uma única dimensão. Todos os preconceitos de gênero, todos os preconceitos de raça e todos os preconceitos contra opções sexuais.

Tudo isso fazia parte, e faz parte, do nosso carnê, da nossa agenda de lutas. Aí nós chegamos ao governo - nós, que eu me refiro, é um projeto político de transformação democrática do País. Esse projeto político não é de um partido apenas, é de um conjunto de pessoas das mais variadas origens, que desaguaram nesse projeto, e nós fizemos o quê?

Nós tínhamos um foco e esse foco estava sintetizado em duas palavras: vamos fazer a inclusão social. Vamos desenvolver o Brasil e fazer a inclusão social. Por que a gente focava na inclusão social? Porque vínhamos daquela tradição de que primeiro o bolo tinha de crescer para depois ser distribuído; nós rompemos com essa lógica e demos ênfase à questão da inclusão. E a inclusão não era só distribuição de renda; ela é distribuição de renda, mas a gente mesmo dizia que o fim da miséria é só um começo. E aí é que entram as “Jéssicas” - femininas e masculinas - deste país, porque são as “Jéssicas” que mudariam radicalmente a questão da desigualdade; que é o acesso à educação de qualidade para milhões e milhões de brasileiros. Daí, para mim, a importância imensa desse filme, que é uma forma comovente de mostrar o que é a inteireza de uma Jéssica, uma pessoa que é capaz de ser erguer e afirmar o seu caminho, os seus interesses, a sua personalidade, contra todos os preconceitos que sempre as reduziram à cozinha ou ao quarto de serviço.

O filme da Anna Muylaert - eu estou me referindo a ele porque acho ele exemplar dessa questão da inclusão social. É aí que o processo começa. Que ele é incompleto, inconcluso, eu não tenho a menor dúvida. De onde eu estou, eu vejo isso com muita clareza. Eu vejo isso pelo fato das pessoas não terem, ainda, acesso a uma qualidade de educação que pode de fato, permitir que nós tenhamos a garantia da irreversibilidade da inclusão social. Nós temos problemas de acesso a infraestrutura, como a casa própria. Estamos fazendo um esforço, mas isso ainda é uma realidade. Temos diferenciais no Brasil, se a gente olhar as regiões, tudo isso nós sabemos. E temos lutado incessantemente por isso. Vivemos em um mundo que tem momentos cíclicos. Tem momentos em que a economia cresce e tem momentos em que ela desacelera; isso faz parte de todo o processo econômico, não é uma questão que diz respeito a esse ou àquele governo. O que diz respeito a esse ou àquele governo? É como que se enfrenta isso.

E aí eu chego à eleição de 2014. Na eleição de 2014, não estava clara, ainda, a profundidade, a profundidade, o tamanho da desaceleração das economias emergentes como nós, a China, a Rússia e os grandes países emergentes do mundo.

Mas a gente sabia que tinha um período difícil pela frente para enfrentar. E duas propostas se defrontaram, e defrontaram de forma bastante, eu diria assim, forte. Bastante integralmente de se defrontar. E eu ganhei a eleição por uma margem significativa de votos; não foi por uma grande margem, mas foi por aquela margem que garante que, nas democracias, quem ganha se torna presidente da República, e, em que pese ter 54 milhões de votos, tem de governar para os 204 milhões de habitantes deste País.

Desde o primeiro dia, primeiro pediram recontagem; depois desconfiaram da inteireza das urnas e pediram auditoria. Em nenhum dos dois casos houve qualquer mínimo indício de que havia irregularidade. Depois, fizeram vários processos na justiça eleitoral; as minhas contas foram aprovadas. Eu acredito que eu sou, talvez o único governante que tenha tido, várias vezes, as contas vistas e revistas. Porque comigo não basta aprovar uma vez; é necessário, talvez, aprovar duas ou três, o que é bastante interessante, é uma matemática política muito, mas muito estranha. Além disso, começou algo muito difícil: as “pautas- bomba”; nós tínhamos, sistematicamente, de lutar contra “pautas-bombas”. O que é uma “pauta-bomba”? É aquela que estoura o orçamento fiscal do país e que torna aquela frase “quanto pior,

melhor”, de fato, um objetivo perverso da luta política no nosso País. Porque é impossível, na democracia, a oposição lutar pelo pior. Não se deve fazer isso, porque com isso você compromete os destinos do país.

Porém, a partir de um determinado momento, o presidente da Câmara entra com um pedido de impeachment, porque o governo se recusou a participar de qualquer farsa na Comissão de Ética que o julgava. Este processo de impeachment, como ele se dá 2015, no meu segundo mandato, ele foi regulado depois de muitas tentativas de mudar o ritual, nós entramos no Supremo e ele foi regulado pelo Supremo.

O que é um processo de impeachment? Eu tenho que falar de impeachment porque não temos de ter medo da palavra. Está na Constituição, há uma previsão para impeachment, porque nós somos um regime presidencialista. No presidencialismo, só através deste mecanismo é que é possível tirar um presidente da República. Se a gente estivesse no parlamentarismo, não seria isso, nós teríamos um outro processo. Geralmente no parlamentarismo, como o primeiro-ministro e seu gabinete foram eleitos pelo voto proporcional, e não pelo voto majoritário, é possível arguir a desconfiança do gabinete e ele ser substituído. É uma questão do tamanho dos votos.

No presidencialismo que nós adotamos na Constituição de 1988 está claro no artigo - se não me engano no 85 e no 86 -, está claro que é previsto o impeachment em casos de crime de responsabilidade. É esta passagem que é, o Aderbal tem toda razão, que é ocultada. O impeachment está previsto na Constituição; o que a Constituição não autoriza é impeachment porque alguém o quer, ou porque interessa segmentos da oposição, ou interessa a setores que querem se beneficiar dele. Não. Para ter impeachment tem que ter crime de responsabilidade. De que eu estou sendo objeto, com base em que eu estou sendo objeto de um processo? Com base no que eles chamam de “pedaladas fiscais”.

E aí alguém disse aqui uma verdade. As “pedaladas fiscais” abrangem três coisas, fundamentalmente: o pagamento do Bolsa Família; o pagamento do Minha Casa Minha Vida e o fato de que nós lutamos contra a redução do crescimento econômico, diminuindo as taxas de juros para o setor industrial do país gerar empregos. Para essas três coisas que foram o objeto, basicamente, das “pedaladas fiscais”. E o que eles queriam? Primeiro, queriam que nós pagássemos os nossos bancos públicos, porque os bancos públicos que estão em questão são a Caixa e o BNDES. O Brasil, o Estado brasileiro, é dono da Caixa e do BNDES em 100% das ações. E, a cada final de ano é assim: quando o que nós devemos para a Caixa - porque ela faz pagamentos para nós-, é maior do que ela nos deve, a gente paga juros para ela; quando o inverso ocorre, ela nos paga juros. Nunca houve um caso em que não fosse ela a nos pagar juros. O Tesouro jamais teve de pagar juros à Caixa porque nós honramos todos os pagamentos realizados. A mesma coisa ocorre no BNDES. E também questionam os decretos de suplementação, se eu posso ou não posso fazer decretos de suplementação.

O meu impeachment, baseado nisso, significaria que todos os governos anteriores ao meu teriam de ter sofrido impeachment, porque todos eles, sem exceção, praticaram atos iguais ao que eu pratiquei, e sempre com respaldo legal. Portanto, a discussão - eu acho que qualquer jurista responsável nesse país, responderá a pergunta “o impeachment está previsto na Constituição” com um sonoro “sim, está previsto na Constituição”. Agora, qualquer jurista também bem-intencionado deste país, responderá “é possível fazer impeachment sem base em crime de responsabilidade?” Ele responderá “não”. Então, é um sim e um não.

E nós falamos o seguinte: para cada momento histórico o golpe assume uma cara. Nos processos que a América Latina toda viveu, ao longo dos anos 60, 70 e 80, a forma tradicional de golpe era a intervenção militar. Agora a forma está sendo a ocultação do golpe, através do quê? através de processos aparentemente democráticos. Utiliza-se um pedaço da democracia, não se utiliza toda a democracia. Se chamaram, no passado, revolução de golpe, hoje estão tentando dar um colorido democrático a um golpe porque não tem base legal para ser feito. Além disso, se perguntarem se é crime de responsabilidade qualquer processo nas contas, qualquer jurista dirá “não é crime de responsabilidade”. Além disso, tem

ainda esse acréscimo nessa história. Então, sem sombra de dúvida, o afastamento da presidente da República, sem base legal, é golpe. Na democracia isso é golpe, não pode ter outro nome. Eu acho que o nome golpe dói demais em alguns. Por isso, eu não sei se vocês já perceberam, a proposta feita sistematicamente, os pedidos feitos, é que eu renuncie. Por que isto? Primeiro, porque sabem que é constrangedor esse processo. Porque na democracia todo mundo pode ver tudo, não só aqui como os olhos do mundo enxergarão isso. Segundo, pelo fato de que acham que, não sei se ainda continuam achando, mas acham que as mulheres são frágeis. Nós, de fato, somos sensíveis, mas não somos frágeis. Há uma diferença entre isso, entre uma coisa e outra. Nós não somos frágeis. Ninguém que cuida da família, cuida de filho, ninguém que trabalha e ninguém que é cidadã é muito frágil. Então, eu sei que a mulher brasileira não é nada frágil. E eu honro o fato de ser uma mulher e ter nascido aqui no Brasil.

Mas eu quero dizer para vocês uma outra coisa: é muito grave isso. É muito grave porque o país tem todas as condições para voltar a crescer, e já. Nós conseguimos reduzir a inflação, nós saímos de uma situação difícil no front externo, com déficit na nossa balança comercial e estamos com grande superávit; nós temos feito um esforço para, mesmo fazendo reduções nos nossos gastos, preservar todos os nossos programas sociais. Nós, ontem, lançamos mais dois milhões de casas do Minha Casa Minha Vida. Quando foi lançado o Minha Casa Minha vida, lá em 2009, diziam que era impossível ter um programa habitacional da envergadura que nós fizemos. Nós já entregamos, aliás, nós já contratamos 4,2 milhões de moradias, e entregamos dois milhões, quase 2,6 milhões. E agora vamos fazer mais dois milhões, para quem? Justamente para aqueles que não têm condição de resolver o problema da sua moradia, com base em práticas do mercado, porque não cabe no bolso da pessoa. Então, nós temos várias coisas sendo feitas, apesar deles dizerem que o governo está parado, ele não está. Nós continuamos funcionando a todo vapor.

Agora tem uma situação complexa no nosso país: sem estabilidade política é como se a gente se esforçasse, se esforçasse, se esforçasse e as coisas não andassem. Precisamos da estabilidade política, mas isso para a gente voltar a crescer e gerar emprego. E precisamos, também, do fim do ódio para que esse país não sofra as consequências de uma ruptura entre os seus integrantes. É muito grave como quando uma médica se recusa a tratar uma criança porque ela, essa criança, o pai e a mãe, integram o Partido dos Trabalhadores. Isso é muito triste, por quê? Não porque a gente tem que demonizar a médica, mas porque reflete, sem sombra de dúvida, algo que impacta esta médica, social e culturalmente.

Esse país nunca teve esse lado fascista. Nós temos preconceitos, porque não somos santos. Nós temos preconceitos, e a gente tem de lutar contra eles. Nós sabemos que tem hora que surge, aqui e ali, um fundamentalismo, que é muito grave. Agora, estigmatizar as pessoas pelo que elas pensam? Outro dia, uma pessoa me disse o seguinte: isso parece muito com o nazismo. Primeiro, você bota uma estrela no peito e diz "é judeu". Depois, você bota no campo de concentração. Essa intolerância não é possível; ela não pode ocorrer. E ela não pode ocorrer e é por isso que nós temos que resolver esse processo, do chamado meu impedimento. Nós temos que resolver porque o Brasil não pode ser cindido em duas partes, que é o que estão propondo, na verdade estão propondo isso. Um golpe tem esse poder.

Não é correto que as pessoas sejam estigmatizadas pelo que pensam. Nem de um lado nem de outro. Não se criará o convívio democrático com essa situação.

Agora, nós temos de lutar para superar esse momento. Nós temos de lutar para poder voltar a crescer e criar na nossa sociedade um clima de união. E não adianta alguns falarem "vamos unir o país". Não se une o país desta forma; não se une o país destilando ódio, rancor, raiva e perseguição. Não se pode fazer isso.

Eu volto ao início: aqui nos une a democracia. Cada um de nós aqui tem respeito pela democracia. Quer essa democracia recheada de conteúdo mas também quer essa democracia respeitada na sua forma. Uma coisa não existe sem a outra, não se negociam aspectos da democracia. Nós sabemos que ela é um valor para todos nós aqui. Nós sabemos que ela é fundamental para preservar, para garantir e defender este país; para fazê-lo um país de todos os brasileiros e brasileiras.

Por isso, eu quero dizer a vocês que essa unidade que nós aqui construímos em torno do “não vai ter golpe”, ela também vai ser uma das pedras fundamentais da retomada do crescimento e da construção de uma sociedade melhor.

Tenho orgulho de tê-lo feito e esperava, sinceramente, que jamais voltasse a vivenciar o risco de uma ruptura na normalidade democrática do Brasil. Infelizmente, este risco existe e se expressa na forma de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade que o justifique. E impeachment sem crime é golpe!

É verdade que a Constituição de 1988 prevê a possibilidade de afastamento da Presidenta da República. É verdade que prevê que este processo seja conduzido pelo Congresso Nacional, eleito pelo povo brasileiro.

Mas também é verdade que a Constituição determina, expressamente, que o impedimento do Presidente ocorrerá somente se houver crime de responsabilidade, segundo hipóteses claramente listadas.

Ao ler a Constituição de 1988, qualquer pessoa de boa fé verá que há dois artigos regendo a matéria do impedimento – os artigos 85 e 86 – e que eles se complementam. Se vamos discutir o impedimento, ele deverá seguir as regras previstas nestes dois artigos.

Afinal, o respeito à Constituição e ao Estado Democrático de Direito não nos autoriza a selecionar, entre a legislação vigente, a parte que nos interessa cumprir.

Por respeitar e defender a Constituição-cidadã, tenho dito que está em curso um golpe no Brasil. Reafirmo com toda ênfase: não cometi qualquer crime de responsabilidade e, por isto, o pedido de impeachment em análise na Câmara dos Deputados não tem base legal para ter prosseguimento.

Há muitos fatos que desautorizam o processo de impeachment e tornam a insistência nesta aventura um golpe. Os decretos de suplementação orçamentária de 2015, apresentados como suposta razão para meu impedimento, têm previsão legal. As contas de meu governo em 2015 ainda não foram nem mesmo entregues ao Tribunal de Contas da União, pois os prazos legais não se esgotaram, e não foram analisadas por este tribunal nem pelo Congresso Nacional.

Como é possível fazer o impeachment de uma governante por atos que não configuram crime de responsabilidade? Como é possível fazer o impeachment de uma governante por supostas irregularidades em suas contas se estas contas ainda não foram analisadas pelo Congresso, como manda a Constituição?

Minha fala pode soar repetitiva, o que é inevitável, já que quem fala a verdade não tem versões para cada ocasião. Não tenho nada a esconder, não preciso criar novas explicações para novos fatos, nem tampouco mudar instituições ou regras para me beneficiar ou proteger.

Minhas amigas e meus amigos,

Querem me derrubar, sem nenhuma justificativa juridicamente válida e comprovada, porque têm outras propostas para o Brasil. Algumas dessas propostas foram derrotadas na eleição de 2014, o momento certo na democracia para este debate. Outras propostas, eles nem mesmo tiveram coragem de expor, porque são opostas aos interesses do povo brasileiro.

Aqueles que estão articulando o golpe têm pressa. Querem agir rápido, pois sabem que não têm, dentro da normalidade democrática, como impor seus interesses e sua agenda.

Querem evitar que, por meio do diálogo com a sociedade, desnudem a insuficiência jurídica de seus argumentos. Querem evitar que a sociedade se mobilize, e exija o respeito à democracia.

Está chegando a hora de saber quem apoia um impeachment sem crime; a interrupção de um mandato sem provas; a conspiração do voto popular e do desejo manifesto de mais de 54 milhões de brasileiras e brasileiros. A nau dos insensatos quer iniciar sua viagem, cujo caminho passa por um golpe travestido de legalidade e pela ruptura da normalidade democrática, e cujo destino é um Brasil do passado, sem compromisso com o povo.

Nos cabe lembrar aos golpistas por ação e omissão que derrubar um governo eleito é um atentado à democracia. Muitos dos arautos da atual tentativa de golpe foram perseguidos, cassados e proscritos pelo golpe de 1964. Por isso, não os deixaremos esquecer que desrespeitar as regras democráticas é um risco que pode nos lançar em mais instabilidade, em mais incerteza e em atropelo aos direitos individuais.

Volto a dizer: este impeachment sem crime de responsabilidade é golpe. É um impeachment da democracia.

A defesa do Estado Democrático de Direito nos une e é por ele que estamos agregando forças. A democracia é um valor que todos sabemos ser fundamental preservar e defender e é por ela que vamos dialogar muito e com todos os que se dispuserem a fazê-lo.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-artistas-e-intelectuais-em-defesa-da-democracia-brasilia-df-35min54s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-artistas-e-intelectuais-em-defesa-da-democracia-brasilia-df-35min54s>) (35min54s) da Presidenta Dilma